



UC/FPCE_2017

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Sugestionabilidade Interrogativa e Efeito do Contágio Social em Reclusos: Fonte de Contágio Social Direta versus Indireta na Transmissão do *Feedback* Negativo da GSS1

Cristina Isabel Neves Nogueira (e-mail:
cristinanogueira1994@hotmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia, área de especialização em Psicologia Clínica e da Saúde, subárea de especialização em Psicologia Forense, sob a orientação da Prof.^a Doutora Maria Salomé Pinho (Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra)

Sugestionabilidade interrogativa e efeito do contágio social em reclusos: Fonte de contágio social direta versus indireta na transmissão do *feedback* negativo da GSS1

O presente estudo teve como objectivo principal analisar a *Sugestionabilidade Interrogativa*, numa amostra de 70 reclusos, distribuídos aleatoriamente por duas condições: uma em que o *feedback* negativo da *Gudjonsson Suggestibility Scale 1* (GSS1) foi administrado por uma fonte direta de contágio social (investigadora) e a outra em que este foi administrado por uma fonte indireta de contágio social (computador). Constituíram-se ainda como objectivos adicionais estudar a relação entre a *Sugestionabilidade Interrogativa* (medida através da GSS1) e as variáveis: *Inteligência Não Verbal*, *Ansiedade Estado*, *Neuroticismo* e *Desejabilidade Social*. Para tal, foram administrados individualmente os seguintes instrumentos de avaliação, a ambos os grupos: *Questionário Sociodemográfico*, *GSS1*, *Matrizes Progressivas Estandarizadas de Raven*, *Eysenck Personality Questionnaire Revised*, *State-Trait Anxiety Inventory form Y* e *Escala de Desejabilidade Social -20 itens*. Os resultados obtidos não indicaram diferenças estatisticamente significativas entre a condição fonte direta e fonte indireta de contágio social, no que respeita à transmissão do *feedback* negativo na GSS1. Tal permite-nos sugerir que uma fonte de contágio social virtual (computador) poderá ser tão eficaz quanto uma fonte de contágio social real para espoletar *Sugestionabilidade Interrogativa*. Assim, este resultado aponta para que a incorporação de informação errada nos testemunhos das vítimas ou nas declarações dos suspeitos possa ser induzida também por fonte indireta de contágio social. Nenhuma das correlações entre *Sugestionabilidade Interrogativa* e as variáveis *Inteligência Não Verbal* (correlações negativas fracas), *Ansiedade Estado*, *Neuroticismo* e *Desejabilidade Social* (correlações positivas fracas) alcançou significância estatística. Estes resultados são discutidos considerando o estado actual da literatura nesta área.

Palavras chave: Sugestionabilidade interrogativa, fonte de contágio social, *feedback* negativo, reclusos.

Interrogative suggestibility and the effect of social contagion in inmates: Negative feedback of GSS1 given by a direct versus an indirect source of social contagion

The aim of the present study was to analyze interrogative suggestibility in a sample of 70 inmates, randomly assigned to two conditions: one in which the negative feedback from *Gudjonsson Suggestibility Scale 1 (GSS1)* was administered by a source of direct social contagion (the researcher) and other in which it was administered by a source of indirect social contagion (a computer). Additional objectives of this study were to analyze the relationship between *Interrogative Suggestibility* (measured through *GSS1*) and the following variables: *non-verbal intelligence*, *state anxiety*, *neuroticism*, and *social desirability*. For this purpose, the following evaluation instruments were individually administered to both groups: *Sociodemographic Questionnaire*, *GSS1*, *Raven's Standardized Progressive Matrices*, *Eysenck Personality Questionnaire Revised*, *State-Trait Anxiety Inventory form Y*, and *Social Desirability Scale -20 items*. The results didn't reveal statistically significant differences between the condition of direct source of social contagion and indirect source of social contagion, regarding the transmission of negative feedback in *GSS1*. This allows us to suggest that a source of virtual social contagion (a computer) might be as effective as a source of real social contagion in triggering suggestibility. Thus, this result points out that the incorporation of wrong information into the victims' testimonies or in the statements of the suspects can also be induced by indirect sources of social contagion. None of the correlations between *Interrogative Suggestibility* and the variables *Non-verbal Intelligence*, *State Anxiety*, *Neuroticism* and *Social Desirability* were statistically significant. These results are discussed considering the state of the art in this field.

Key Words: Interrogative suggestibility, source of social contagion, negative feedback, inmates.

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Doutora Maria Salomé Pinho, pela disponibilidade, qualidade da orientação, rigor científico, interesse e dedicação. Ainda pelo incentivo a fazer sempre melhor e partilha de conhecimentos.

Aos meus pais, pelo apoio ao longo de todo o meu percurso académico, pelo interesse em tudo o que fazia e pelas palavras de incentivo a prosseguir. Sem eles nada disto seria possível. Muito obrigada por financiarem a minha educação e zelarem pelo meu futuro.

À Mestre Isabel Teixeira Dias, pelos ensinamentos prestados ao longo do estágio, pelo fomento do espírito crítico, pela compreensão, flexibilidade e disponibilidade.

À Direcção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e ao Estabelecimento Prisional de Coimbra que permitiram a realização deste trabalho com a população reclusa.

Aos reclusos do Estabelecimento Prisional de Coimbra que, voluntariamente, se disponibilizaram e despenderam parte do seu tempo para participar neste estudo. Sem eles este trabalho não seria possível.

Ao Chefe Moisés, ao R. e ao V. pelo auxílio no recrutamento dos participantes.

À minha irmã, por estar sempre presente em todos os momentos, pelo amor incondicional, por tantas vezes me escutar e compreender genuinamente.

À Adriana e ao Rui, colegas de estágio e amigos, pelo companheirismo, partilha de conhecimentos e cooperação.

À Vânia pelas palavras de incentivo, disponibilidade e ajuda.

À minha mãe, à minha avó, à Bárbara e à Ana Maria pela ajuda incansável, pelas palavras de apoio e encorajamento.

A todos aqueles que, de alguma forma, permitiram o desenvolvimento deste estudo.

Muito obrigada!

Índice

Resumo	II
Abstract	III
Agradecimentos	IV
Introdução	1
I – Enquadramento concetual	2
1. A Sugestionabilidade Interrogativa.....	2
1.1 Modelos Teóricos sobre a Sugestionabilidade.....	3
1.2. O Modelo das Diferenças Individuais de Gudjonsson e Clark	5
1.3. Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson 1.....	6
1.4. Utilização das Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson	6
1.5. Estudos sobre a Sugestionabilidade Interrogativa.....	8
1.5.1. Sugestionabilidade Interrogativa e Inteligência.....	8
1.5.2. Sugestionabilidade Interrogativa e Ansiedade.....	9
1.5.3. Sugestionabilidade Interrogativa e Neuroticismo.....	10
1.5.4. Sugestionabilidade Interrogativa e Desejabilidade Social	11
2. O Efeito do Contágio Social.....	12
2.1. Principais Paradigmas Adoptados no Estudo do Efeito do Contágio Social.....	13
2.3. Tipos de Influência Social e Razões para o Conformismo	13
3. Estudos sobre a Sugestionabilidade Interrogativa e o Efeito do Contágio Social.....	15
II - Objectivos	16
III - Metodologia	17
1. Amostra.....	17
2. Materiais, Instrumentos e Procedimentos.....	19
2.1 Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS1)....	20
2.2 Matrizes Progressivas Estandarizadas de Raven.....	21
2.3 Inventário Estado Traço de Ansiedade – Forma Y.....	22
2.4 Questionário de Personalidade de Eysenck – Forma Revista	22
2.5 Escala de Desejabilidade Social de 20 Itens.....	23
IV - Resultados	23
4.1 Comparação das médias entre ambos os grupos.....	24

4.2 Correlações entre a Sugestionabilidade Interrogativa e as restantes variáveis em estudo	25
4.2.1 Correlações entre a Sugestionabilidade Interrogativa e a Inteligência Não Verbal.....	26
4.2.2 Correlações entre a Sugestionabilidade Interrogativa e a Ansiedade	26
4.2.3 Correlações entre a Sugestionabilidade Interrogativa, o Neuroticismo e a Desejabilidade Social	27
V - Discussão	28
Conclusões	35
Bibliografia	38

Introdução

Os manuais práticos de interrogatório policial são geralmente baseados na extensa experiência dos interrogadores e oferecem, alegadamente, técnicas efectivas para quebrar a resistência dos sujeitos (Gudjonsson, 2003). Os autores destes manuais argumentam que os suspeitos ficam relutantes em confessar o crime, por vergonha e receio das consequências legais, considerando por isso essencial utilizar técnicas de interrogatório persuasivas, e técnicas de pressão e de manipulação (Gudjonsson, 2003). Há uma certa oposição destes autores em aceitarem a possibilidade de que as técnicas que recomendam possam, em determinadas ocasiões, levar os suspeitos a confessar um crime que não cometeram (Gudjonsson, 2003). Para Zimbardo (1967), estas técnicas são psicologicamente sofisticadas e coercivas e infringem a dignidade e direitos fundamentais do suspeito, podendo resultar em confissões falsas. Neste sentido, é importante avaliar a sugestionabilidade interrogativa dos sujeitos, pois tal constitui uma vulnerabilidade para as confissões falsas (Kassin & Gudjonsson, 2004).

Por outro lado, não são apenas os suspeitos que, neste âmbito, podem ser levados a fazerem confissões falsas. Também as testemunhas podem relatar acontecimentos que na realidade não aconteceram, por exemplo, devido a contágio social da memória. Este define-se como um processo de implantação de memórias falsas através de influência social (Roediger, Meade, & Bergman, 2001).

A presente investigação pretende estudar a *Sugestionabilidade Interrogativa* numa amostra de reclusos, comparando a eficácia do efeito do *feedback* negativo, contido na versão I da Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson (Gudjonsson, 1997; versão port. Pires, 2011), quando este é administrado por uma fonte de contágio social directa, real, e de credibilidade elevada (a presente investigadora) e uma fonte de contágio social indirecta (um computador). Para além disso, constituem ainda objectivos deste estudo analisar a relação entre a Sugestionabilidade Interrogativa e variáveis como: a *Inteligência*, o *Neuroticismo*, o *Estado/Traço de Ansiedade*, e a *Desejabilidade Social*.

Esta investigação sobre a sugestionabilidade interrogativa e conformidade, por contágio social, da memória torna-se relevante perante a observação das seguintes situações: há vários casos documentados de incorporação de informação errada nos testemunhos (Thorley, 2013); perguntas tendenciosas podem levar a confissões falsas por parte dos suspeitos (Gudjonsson, 2003); testemunhas oculares discutem entre elas as situações que presenciaram antes de prestarem testemunho formal na polícia ou em tribunal, aumentando o risco de contaminação das suas memórias por contágio social (Thorley, 2013) e a generalização da utilização das tecnologias de informação e comunicação que torna útil perceber se o *feedback* provier de um computador, a sua influência será maior ou menor do que quando este é transmitido por uma pessoa real credível.

I – Enquadramento concetual

1. A Sugestionabilidade Interrogativa

O conceito de sugestionabilidade foi desenvolvido originalmente para explicar o fenómeno hipnótico e, por isso, a investigação desta temática incidiu primeiramente na medida da influência da sugestão nos sistemas motor e sensorial (Gudjonsson, 2013). No entanto, a ideia de “sugestionabilidade interrogativa” foi introduzida mais tarde por Binet (1900 como citado em Gudjonsson, 2013; Meade & Roediger, 2002), e usada subsequentemente por outros investigadores, entre os quais Stern (1939 como citado em Gudjonsson, 2013) para mostrar que perguntas tendenciosas podem levar a respostas distorcidas. Estas respostas ocorrem devido às perguntas terem sido enunciadas de forma a sugerir a resposta pretendida ou esperada (Gudjonsson, 2013).

No início dos anos 80 do século passado não havia instrumentos disponíveis para medir a sugestionabilidade interrogativa, enquanto diferença individual variável, que possibilitassem a sua utilização em contexto clínico e de investigação. Neste sentido, Gudjonsson construiu e desenvolveu a GSS1 - *Gudjonsson Suggestibility Scale* - que foi seguida por uma formulação teórica sobre a sugestionabilidade interrogativa, pela publicação da GSS2 (versão paralela da GSS1) e pela GCS - *Gudjonsson*

Compliance Scale (Gudjonsson, 2013).

Não há um consenso na definição de sugestionabilidade interrogativa. Powers, Adriks e Loftus (1979) definem-na como: “...o grau em que as pessoas passam a aceitar informação pós-evento e a incorporam nas suas recordações (p. 339)”. No entanto, Gudjonson (2003) argumenta que esta definição apresenta dois problemas: primeiro, não foi provado que as pessoas necessariamente incorporam a informação sugerida nas suas recordações, apesar da informação poder ser aceite pelo indivíduo; segundo, esta definição é muito vaga para providenciar ao investigador hipóteses operacionalmente testáveis. Sendo assim, recorre à definição providenciada por Gudjonsson e Clark (1986 como citado em Gudjonsson 2003) que definem sugestionabilidade interrogativa como: “o grau em que, dentro de uma interação social fechada, as pessoas passam a aceitar mensagens comunicadas durante um interrogatório formal sendo a sua resposta comportamental subsequente afectada” (p. 84). Esta definição compreende, assim, cinco componentes interrelacionados, que formam parte integral do processo interrogativo: a interação social; o processo de interrogatório; o estímulo sugestivo; a aceitação do estímulo e a resposta comportamental (Gudjonson, 2003). A interação social constitui-se como fechada, uma vez que decorre num espaço fechado e as interrupções são evitadas (Gudjonson, 2003). O processo de interrogatório, por sua vez, visa obter informação factual mediante as repostas da pessoa sobre o que ouviu, viu ou fez e, portanto, nesta etapa a sua memória é muito importante (Gudjonson, 2003). No entanto, as questões podem ser tendenciosas ao conterem informação sugestiva, ou seja, premissas e expectativas infundadas (Gudjonson, 2003). Caso se verifique uma aceitação do estímulo sugestivo, o que não significa necessariamente que a pessoa incorpore essa informação sugestiva na sua memória, mas que esta foi percebida como plausível, será observada uma resposta comportamental em conformidade, sob a forma verbal ou não verbal (Gudjonson, 2003).

1.1 Modelos Teóricos sobre a Sugestionabilidade

Gudjonsson (2003) argumenta que há dois tipos de sugestionabilidade interrogativa. O primeiro está relacionado com as investigações pioneiras de Binet e Stern nas quais a ênfase é colocada no impacto de um interrogatório

sugestivo ou tendencioso no testemunho. O segundo tem a ver com o trabalho pioneiro do próprio Gudjonsson ao investigar em que medida os interrogadores são capazes de “mudar” respostas não desejadas, mas fiáveis, dos sujeitos através de oposição e de *feedback* negativo (Gudjonson, 2003).

Há duas abordagens teóricas principais sobre a sugestionabilidade interrogativa: a abordagem experimental defendida por Schooler e Loftus e a abordagem das diferenças individuais conceptualizada por Gudjonsson e Clark (Gudjonsson, 2003). A abordagem experimental está principalmente relacionada com as condições sob as quais as questões tendenciosas são capazes de afetar os relatos verbais das testemunhas (Gudjonsson, 2003). Aqui, a sugestionabilidade é vista como sendo mediada por um mecanismo cognitivo central chamado “deteção da discrepância” (Gudjonsson, 2003). Segundo este mecanismo, é mais provável que as recordações sejam alteradas, se a pessoa não detetar imediatamente discrepâncias entre as sugestões pós-evento e a sua memória do evento original (Gudjonsson, 2003). A importância deste princípio da deteção da discrepância é que ajuda a explicar o processo através do qual as pessoas integram informação inconsistente na sua memória (Gudjonsson, 2003). Para além disso, esta abordagem enfatiza a influência da duração do período de tempo pós-evento e a natureza das questões (que contêm informação tendenciosa) (Gudjonsson 2013). Para a abordagem das diferenças individuais a sugestionabilidade é considerada como sendo mediada por diferentes factores cognitivos e de personalidade, em vez de um mecanismo central (Gudjonsson, 2003). É, assim, conceptualizada como uma potencial vulnerabilidade durante um interrogatório, no sentido da pessoa poder ceder a questões tendenciosas e a pressão interrogativa (Gudjonsson, 2013). Isto implica que testemunhas e suspeitos criminais respondam de forma diferente a entrevistas e interrogatórios, de acordo com as suas capacidades cognitivas, estado mental e personalidade (Gudjonsson, 2003). Especificamente, segundo Gudjonsson (2003), sendo a sugestionabilidade mediada por estes factores, ela está dependente, por exemplo, da auto-estima, das estratégias de *coping* relativamente ao stress, da tendência para a ansiedade e da dependência da aprovação social, que variam de pessoa para pessoa.

1.2. O Modelo das Diferenças Individuais de Gudjonsson e Clark

O modelo teórico de Gudjonsson e Clark integra a formulação de questões tendenciosas e a comunicação de *feedback* negativo, sendo a sugestionabilidade interrogativa o resultado da forma como o indivíduo interage com os outros, no ambiente físico e social (Gudjonsson, 2003; Gudjonsson 2013). A sua principal premissa é: a sugestionabilidade interrogativa está dependente das estratégias de *coping* que as pessoas geram e implementam quando enfrentam dois aspetos importantes da situação interrogativa, são eles incerteza e expectativas (Gudjonsson, 2003; Gudjonsson 2013). Quando entrevistadas, as pessoas têm que processar cognitivamente as perguntas e o contexto em que estas ocorrem (Gudjonsson, 2003; Gudjonsson 2013). Neste sentido, aplicam uma ou mais estratégias de *coping* geral (Gudjonsson, 2003; Gudjonsson 2013). Este processo implica, então, que o entrevistado tenha que lidar com a incerteza e a confiança interpessoal, por um lado, e as expectativas, por outro (Gudjonsson, 2003; Gudjonsson 2013). Há incerteza, uma vez que o entrevistado pode não saber a resposta certa à questão colocada, por exemplo quando a sua memória é incompleta ou mesmo não se lembra (Gudjonsson, 2003). A confiança interpessoal tem lugar porque o entrevistado pode acreditar que as intenções do interrogador são genuínas e não há nenhum truque no interrogatório, caso contrário será mais relutante a aceitar as sugestões do interrogador (Gudjonsson, 2003). Por último, muitas pessoas podem mostrar-se resistentes em expressar a sua incerteza devido a expectativas de que devem saber e providenciar uma resposta definitiva às questões colocadas (Gudjonsson, 2003). Estas três componentes são vistas como pré-requisitos fundamentais para o processo de sugestionabilidade interrogativa e podem ser manipuladas durante a entrevista, de forma a influenciarem as respostas dos entrevistados (Gudjonsson, 2003; Gudjonsson 2013).

Gudjonsson, baseando-se neste modelo teórico, introduziu assim a ideia de um outro tipo de fator subjacente à sugestionabilidade interrogativa. Este relaciona-se com o grau em que os entrevistados são capazes de “mudar” (*shift*) respostas não desejadas, mas fiáveis, através da oposição e do *feedback* negativo, isto é, informando os entrevistados de que eles cometeram erros e que devem tentar fazer melhor. Os dois tipos de

sugestionabilidade referidos na literatura como “*Yield*” (aceitação da informação sugestiva) e “*Shift*” foram incorporados nas Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson, as quais providenciam medidas empíricas da sugestionabilidade interrogativa (Gudjonsson, 2013).

1.3. Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson 1

A Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson 1 (GSS1) é particularmente adequada para ser aplicada em contexto forense, como interrogatórios de testemunhas e de suspeitos de crime (Gudjonsson, 2003; Gudjonsson, 2013). Esta escala inclui uma narrativa na qual se descreve um roubo (na GSS2 trata-se de um pequeno acidente de bicicleta), apresentada auditivamente ao sujeito a avaliar (Gudjonsson, 2003; Gudjonsson, 2013). Ao mesmo, é depois pedido que evoque tudo o que se lembra sobre a história. Depois da evocação imediata e diferida da história (esta, normalmente, 50 minutos depois), o sujeito responde a 20 questões específicas, 15 das quais são subtilmente tendenciosas (Gudjonsson, 2003; Gudjonsson, 2013). Após responder a estas 20 questões, é dito ao sujeito que ele cometeu uma série de erros (mesmo que não tenha cometido nenhum), que corresponde ao *feedback* negativo e, portanto, é necessário responder novamente a todas as questões (Gudjonsson, 2003; Gudjonsson, 2013). É também dito ao sujeito para ser mais preciso do que antes (Gudjonsson, 2003; Gudjonsson, 2013). Qualquer mudança nas respostas do sujeito, em relação às suas respostas anteriores, é cotada como “*Shift*” (Mudança) (Gudjonsson, 2003; Gudjonsson, 2013). O grau em que o sujeito cede às questões tendenciosas é cotado como “*Yield 1*” (Cedência 1). Os resultados de Mudança e de Cedência 1 são depois somados para obter o indicador Sugestionabilidade Total (Gudjonsson, 2003; Gudjonsson, 2013).

A GSS foi a primeira escala a incorporar estas duas medidas independentes de sugestionabilidade (Mudança e Cedência), o que é fundamental para a teoria subjacente e a medição da sugestionabilidade interrogativa (Gudjonsson, 2013).

1.4. Utilização das Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson

Grande parte da investigação acerca da dinâmica da sugestionabilidade interrogativa tem recorrido às GSS (Baxter, Charles,

Martin, & McGroarty, 2013). Muitos dos estudos empíricos levados a cabo analisam a relação entre a sugestionabilidade interrogativa e outras variáveis como por exemplo: idade (Polczyk et al., 2004), género (Powers, Andriks, & Loftus, 1979), memória (Costa & Pinho, 2010; Cunha, 2010; Muris, Meesters, & Merckelbach, 2004; Smith & Gudjonsson, 1995), inteligência (Clare & Gudjonsson, 1993; Gudjonsson & Sigurdsson, 1996; Polczyk, 2005; Silva, 2011; Smith & Gudjonsson, 1995; Søndena, Rasmussen, Palmstierna, & Nøttestad, 2010), ansiedade (Silva, 2011; Smith & Gudjonsson, 1995), desejabilidade social (Neves, Pinho, & Faria, 2011; Polczyk, 2005; Richardson & Kelly, 2004; Silva, 2011), simulação (Baxter & Bain, 2002; Boon, Goz nab, & Halla 2008; Hansen, Smeets, & Jelcic, 2010; Woolston, Bain, & Baxter, 2006), acontecimentos de vida negativos (Drake, 2010a; Drake, 2010b; Drake, Bull, & Boon, 2008), neuroticismo (Polczyk, 2005; Silva, 2011), assertividade (Cunha, 2009), auto-conceito (Baxter, Jackson, & Bain, 2003; Cardoso, 2011; Drake, Bull, & Boon, 2008; Neves et al., 2011; Silva, 2011; Smith & Gudjonsson, 1995), consumo de álcool/substâncias (Gudjonsson et al., 2004; Gudjonsson, Hannesdottir, Petursson, & Bjornsson, 2002; Santtila, Ekholm, & Niemi, 1998; Santtila, Ekholm, & Niemi, 1999) e privação de sono (Blagrove, 1996; Blagrove & Akehurst, 2000). Foram também elaboradas versões modificadas da GSS, especialmente tendo por fim a sua utilização com crianças (Candel, Merckelbach, & Muris, 2000; McFarlane & Powell, 2002; Scullin & Ceci, 2001). Concluiu-se que a sugestionabilidade interrogativa é passível de medição também em crianças mais novas e que ambas as medidas, Cedência e Mudança, são importantes (Gudjonsson, 2013).

Para além do contexto de investigação, as GSS têm também sido aplicadas a situações reais fora do laboratório. Foram primeiro aceites no “Court of Appeal” no Reino Unido, em 1991, no caso de Engin Raghip, um dos tão famosos “Tottenham Three” que foi condenado por assassinato de um agente de autoridade durante o motim de Tottenham em 1985 (Gudjonsson, 2013). As escalas são citadas em vários julgamentos subsequentes e foram aceites pela “House of Lords”, em 2001, no caso de Donald Pendleton (Gudjonsson, 2013). Foram ainda aceites em tribunais nos Estados Unidos da América e noutros países (Gudjonsson, 2013).

1.5. Estudos sobre a Sugestionabilidade Interrogativa

1.5.1. Sugestionabilidade Interrogativa e Inteligência

Segundo o modelo de Gudjonsson e Clark (1986), é esperada uma relação negativa entre inteligência e sugestionabilidade, uma vez que esta última está relacionada com a incerteza, que depende da capacidade mnésica do indivíduo (Gudjonsson, 2003). A memória, por sua vez, está, até um certo ponto, correlacionada com a inteligência (Gudjonsson, 2003). Para além disso, a sugestionabilidade é influenciada, como já mencionado, pela habilidade da pessoa para lidar com a incerteza, expectativas e pressão associadas ao interrogatório (Gudjonsson, 2003). Pessoas com um nível de inteligência baixo teriam recursos intelectuais reduzidos para lidar com uma tarefa com a qual não estariam familiarizadas, como é o caso do interrogatório (Gudjonsson, 2003).

A correlação negativa entre sugestionabilidade interrogativa e inteligência tem sido observada por vários autores (Burt, 1948; Gudjonsson & Clare, 1995; Sharrock & Gudjonsson, 1993), não só em estudos com amostras de adultos, mas também de crianças (Danielsdottir et al., 1993) e de adolescentes (Richardson & Kelly, 1995). Num estudo de Penajoya (2012) foi registada uma correlação negativa entre inteligência não-verbal e Cedência 1, Cedência 2¹, Mudança e Sugestionabilidade Total numa amostra da comunidade, ao contrário do que se verificou na amostra de reclusos. No entanto, Gudjonsson (1988) alerta para o facto de esta relação não ser linear, uma vez que pode ser afetada por efeitos de amplitude, ou seja, apenas se observa quando se utilizam sujeitos de inteligência média, ou abaixo da média (QIs abaixo de 100), ou quando a amostra é muito heterogénea. Isto é também constatado noutros estudos, que não obtiveram correlações significativas entre inteligência e sugestionabilidade interrogativa, como no de Tata (1983) em que os QIs da amostra variavam entre 106 e 125, e no de Powers, Andriks e Loftus (1979) em que foi utilizada uma amostra de estudantes universitários (cujos QIs eram superiores a 100).

¹ Cedência 2 refere-se ao número de questões tendenciosas a que o sujeito cede após a administração do *feedback* negativo, indicando o tipo de mudança ocorrida (Gudjonsson, 2003). Providencia informação adicional que revela ao examinador como é que a pressão interrogativa, administrada na forma de *feedback* negativo, afecta a subsequente susceptibilidade do sujeito às questões tendenciosas (Gudjonsson, 2003).

Outra variável que pode mediar a relação entre a inteligência e a sugestionabilidade interrogativa em suspeitos criminais é as condenações prévias (Sharrock & Gudjonsson, 1993). Estas podem reduzir a correlação entre inteligência e sugestionabilidade, o que sugere que a sugestionabilidade é mais do que uma simples variável cognitiva (Sharrock & Gudjonsson, 1993). A abordagem das diferenças individuais evidencia o facto de a sugestionabilidade interrogativa ser mediada e afectada por múltiplos fatores, sendo o funcionamento intelectual apenas um deles e cuja influência pode ser modesta (Gudjonsson, 2003).

1.5.2. Sugestionabilidade Interrogativa e Ansiedade

Vítimas, testemunhas e suspeitos experienciam, provavelmente, ansiedade elevada durante o crime, a sua investigação e o período que passam em tribunal (Ridley & Gudjonsson, 2013).

A ansiedade é geralmente conceptualizada de duas formas: ansiedade traço e ansiedade estado (Ridley & Gudjonsson, 2013). A primeira diz respeito a uma característica relativamente estável da personalidade que traduz a ansiedade geral da pessoa (Ridley & Gudjonsson, 2013). Assim, a ansiedade estado reflecte o grau de ansiedade da pessoa num determinado momento e varia de acordo com a situação (Ridley & Gudjonsson, 2013). Aqueles que apresentam ansiedade traço elevada reagem geralmente com maior aumento na ansiedade estado em situações de stress, comparativamente com aqueles que têm baixa ansiedade traço (Ridley & Gudjonsson, 2013).

Vários estudos têm investigado a relação entre sugestionabilidade interrogativa e ansiedade através do *State-Trait Anxiety Inventory* (STAI; Spielberger, 1983) e os resultados têm mostrado que ansiedade elevada está associada a sugestionabilidade interrogativa também elevada (Ridley & Gudjonsson, 2013). Gudjonsson (1988) observou que ansiedade estado elevada estava associada a resultados elevados nas medidas Cedência 2 e Mudança da GSS, quando avaliada antes do interrogatório. Além disso, quando a ansiedade foi medida após o interrogatório, todas as medidas de sugestionabilidade foram significativas e elevadas (Gudjonsson, 1988). Wolfradt e Meyer (1998) encontraram também correlações positivas fortes entre todas as medidas da sugestionabilidade interrogativa (Cedência,

Mudança e Sugestionabilidade Total) e a ansiedade estado e traço, mesmo quando o STAI foi completado antes do interrogatório. Estes estudos mostram que, para a sugestionabilidade interrogativa imediata, ansiedade elevada está associada a sugestionabilidade também elevada e esse efeito é ainda maior após o *feedback* negativo (Ridley & Gudjonsson, 2013).

Contudo, quando se considera a sugestionabilidade interrogativa diferida, os estudos mostram uma tendência inversa. Ridley, Clifford e Keogh (2002), num estudo com crianças, obtiveram uma relação negativa entre ansiedade e sugestionabilidade interrogativa. O mesmo se verificou num estudo de Ridley e Clifford (2006), no qual se registou que maiores níveis de ansiedade estado estavam associados com baixos níveis de sugestionabilidade interrogativa.

Em suma, os estudos de sugestionabilidade interrogativa diferida mostram que níveis elevados de ansiedade estado estão associados a níveis baixos de sugestionabilidade (Ridley & Gudjonsson, 2013), enquanto para a sugestionabilidade imediata a ansiedade elevada está associada a níveis elevados de sugestionabilidade (Ridley & Gudjonsson, 2013). Importa ainda salientar que a correlação entre ansiedade estado e sugestionabilidade interrogativa tende a ser mais elevada quando a primeira é medida após o interrogatório do que quando é medida antes do mesmo (Gudjonsson, 2003).

No entanto, outros autores não registaram uma correlação entre ansiedade e sugestionabilidade, como aconteceu num estudo português realizado com uma amostra da população geral utilizando a GSS1 e o STAI-Y (Pires, Silva & Ferreira, 2013a). Estes autores concluíram que a ansiedade estado e traço não se encontravam correlacionadas com a sugestionabilidade interrogativa, não se confirmando portanto a relação entre ansiedade estado e Cedência 2 e Mudança defendida por Gudjonsson (2003).

1.5.3. Sugestionabilidade Interrogativa e Neuroticismo

No primeiro estudo com a GSS1, Gudjonsson (1983) encontrou uma correlação baixa, mas significativa, entre a sugestionabilidade total e o neuroticismo avaliado pela versão inglesa do EPQ (Eysenck & Eysenck, 1975). Porém, Haraldsson (1985 como citado em Gudjonsson, 2003) não encontrou correlações significativas entre os resultados da GSS1 e o neuroticismo medido pela versão Islandesa do EPQ (Eysenck & Haraldsson,

1983). Também Polczyk (2005) não confirmou os resultados encontrados por Gudjonsson na avaliação da relação entre sugestionabilidade interrogativa através da versão polaca da GSS1 e os cinco factores de personalidade medidos pelo *NEO Five-Factor Inventory* (NEO-FFI; Costa & McCrae, 1992). Ainda, resultados de um estudo com a GSS2 e o *Revised NEO Personality Inventory* (NEO-P-R, Liebman et al., 2002) apontaram também para a independência entre a sugestionabilidade interrogativa e os traços de personalidade (Nurmoja & Bachmann, 2008). Também Penajoia (2012), com a GSS1, não encontrou qualquer correlação significativa entre a variável neuroticismo e as medidas Cedência 1, Cedência 2, Mudança e Sugestionabilidade Total, quer no que se refere ao grupo prisional quer no da comunidade.

1.5.4. Sugestionabilidade Interrogativa e Desejabilidade Social

A desejabilidade social é a tendência dos sujeitos para atribuir a si mesmos atitudes e/ou comportamentos socialmente desejáveis quando respondem a instrumentos de avaliação psicológica (Almiro et al., 2016).

A avaliação da desejabilidade social é muitas vezes levada a cabo através das “escalas de mentira”, presentes em instrumentos de avaliação psicológica, como é o caso do *Eysenck Personality Questionnaire* (Eysenck & Eysenck, 1975) e de instrumentos específicos para avaliação da mesma, como a *Marlowe-Crowne Scale* (Crowne & Marlowe, 1960).

Segundo Gudjonsson (2003), a desejabilidade social constituiria uma vulnerabilidade para a sugestionabilidade interrogativa uma vez que potenciará uma tendência para a conformidade. Vários autores têm encontrado correlações reduzidas mas estatisticamente significativas entre sugestionabilidade interrogativa e desejabilidade social (Gudjonsson, 2003; Polczyk, 2005; Tata, 1983).

Neves (2011), utilizando a escala de mentira do EPQ para avaliar a desejabilidade social, encontrou correlações positivas e estatisticamente significativas entre esta variável e a Cedência 1. Penajoia (2012) também registou correlações positivas e estatisticamente significativas entre a desejabilidade social (medida pela *Marlowe-Crowne Scale*) e a sugestionabilidade interrogativa (medida pela GSS1), quer para a amostra da comunidade quer para o grupo de reclusos. Neste último, verificaram-se

correlações positivas e moderadas entre deseabilidade social e Cedência 2, Mudança e Sugestionabilidade Total (Penajoia, 2012).

2. O Efeito do Contágio Social

O ato de recordar é, frequentemente, concebido como um processo apenas intra-individual. No entanto, este ato também ocorre em contextos sociais como, por exemplo, quando evocamos eventos passados com a família e os amigos (Roediger, Meade, & Bergman, 2001). Os processos psicológicos envolvidos na evocação de memórias em contexto social têm sido negligenciados, embora, nos últimos anos alguns investigadores tenham começado a explorar os factores sociais intervenientes na memória (Roediger et al., 2001). Apesar de recente, o estudo experimental das influências sociais na memória tem importantes percursos históricos (Meade & Roediger, 2002). Binet, como já se mencionou, foi o primeiro a estudar, sistematicamente, a conformidade e a influência das sugestões das outras pessoas no comportamento de crianças consideradas individualmente, em 1900 (Meade & Roediger, 2002). Seguindo a técnica e o material utilizados por Binet², Asch estudou, 50 anos mais tarde, a conformidade em adultos (Meade & Roediger, 2002). A conformidade da memória ocorre quando um indivíduo altera a sua evocação de um evento para ser consistente com a evocação de outra pessoa sobre o mesmo evento e que, por vezes, é errónea (Thorley, 2013). Este fenómeno tem sido estudado através do paradigma do contágio social: um sujeito e um comparsa do experimentador vêem cenas e mais tarde alternam a evocação dos itens que viram nas cenas, sendo que o comparsa reporta, erradamente, alguns itens que não foram apresentados nas mesmas. Neste paradigma, observa-se que o sujeito passa a relatar os itens sugeridos quando instruído para referir apenas os que estavam presentes nas cenas apresentadas (Meade & Roediger, 2002).

² Binet recorreu a uma tarefa de julgamento do tamanho de linhas em que as crianças tinham que dizer se uma linha era ou não do mesmo tamanho que outras linhas semelhantes. Verificou que as crianças eram capazes de dar respostas certas quando estavam isoladas, no entanto as suas respostas eram incorrectas se Binet ou um comparsa sugeria que as suas respostas estavam erradas.

2.1. Principais Paradigmas Adoptados no Estudo do Efeito do Contágio Social

A investigação acerca da conformidade da memória começou por ser desenvolvida em laboratório (Thorley, 2013), sendo posteriormente estudada em outros contextos experimentais controlados (Gabbert & Hope, 2013). Os investigadores têm adoptado três paradigmas principais no estudo deste fenómeno: i) examinar o grau da conformidade da memória entre participantes que involuntariamente partilham informação diferente, devido a (sem o seu conhecimento) terem visto versões diferentes de um evento, quando se envolvem em recuperação colaborativa³; ii) usar um comparsa atuando como co-testemunha que deliberadamente reporta alguns detalhes incorrectos durante uma tarefa de evocação colaborativa; iii) providenciar aos participantes informação sobre o que outra co-testemunha alegadamente disse, por exemplo, através de revelações que o experimentador faz de respostas que foram dadas por outras testemunhas (Gabbert & Hope, 2013). O primeiro método é o que dispõe de mais validade ecológica, uma vez que as co-testemunhas partilham informação pós evento correta e incorreta enquanto discutem as suas memórias, à semelhança do que acontece na vida real (Gabbert & Hope, 2013). Usando estes paradigmas, a ocorrência de memórias falsas tem sido experimentalmente confirmada em vários contextos, desde experiências simuladas sobre testemunhos oculares, aprendizagem de listas de palavras, evocação de histórias, entre outros (Meade & Roediger, 2002) e por vários autores (Betz, Skowronski, & Ostrom, 1996; Corey & Wood, 2002; Gabbert, Memon, & Allan, 2003; Gabbert, Memon, Allan, & Wright, 2004; Hollin & Clifford, 1983; Meade & Roediger, 2002; Paterson, Kemp, & Forgas, 2009; Shaw, Garven, & Wood, 1997; Wright, Self, & Justice, 2000).

2.3. Tipos de Influência Social e Razões para o Conformismo

As memórias falsas ocorrem quando as pessoas se lembram dos acontecimentos de forma diferente daquela em que eles ocorreram na

³ A recuperação colaborativa refere-se a um processo de recuperação de informação em grupo acerca de um evento passado. Com este tipo de recuperação pretende-se investigar se o grupo consegue recuperar mais informação do que o indivíduo isoladamente, bem como se essa informação é mais ou menos precisa do que a informação recordada individualmente (Meade, Nokes, & Morrow, 2009).

realidade, ou quando lembram eventos que nunca aconteceram realmente (Meade & Roediger, 2002). Uma pessoa pode conformar-se com a evocação das memórias de outra pessoa, em vez de relatar as suas memórias, por variadas razões: 1) embora saiba que essa informação está errada, não quer discordar da outra pessoa (influência normativa); 2) pode acreditar que a outra pessoa é que está, na realidade, correcta (influência informacional) e 3) pode ter construído uma memória falsa com base no que a outra pessoa disse, devido a um erro de monitorização da fonte de informação, ou seja, recorda a informação pós evento esquecendo qual a fonte dessa informação (distorção da memória) (Gabbert & Hope, 2013; Thorley, 2013).

A conformidade com o discurso da outra pessoa pode dever-se a (1) aceitação pública, isto é, os sujeitos alteram as suas respostas para serem consistentes com as respostas do resto do grupo, sabendo que estão a dar respostas erradas, ou (2) a aceitação privada, quando os sujeitos foram de tal modo influenciados pelo seu meio social que passam a acreditar que a resposta incorrecta é na realidade verdadeira (Meade & Roediger, 2002). A influência normativa reflete geralmente a necessidade do indivíduo de obter aprovação social e manifesta-se sob a forma de declarações públicas de concordância. É observada, frequentemente, em participantes que são testados em conjunto, quando as respostas são dadas publicamente e quando os custos da discordância são elevados (Gabbert & Hope, 2013). A influência informacional traduz o desejo do indivíduo em ser exato (Gabbert & Hope, 2013). O sujeito escolhe relatar a informação pós evento de uma co-testemunha pensando que essa informação está correcta. Esta situação observa-se quando o sujeito duvida da precisão da sua própria memória ou quando a informação do outro indivíduo o convence de que o seu julgamento inicial poderá estar errado e o da outra pessoa estaria correcto (Gabbert & Hope, 2013).

Relativamente à explicação que remete para uma confusão da fonte da informação, isto é, a ocorrência da atribuição errada da memória da informação (sugerida pela co-testemunha) a outra fonte (o evento testemunhado) (Gabbert & Hope, 2013), esta radica na teoria da monitorização da fonte de Johnson, Hashtroudi e Lindsay (1993). Esta teoria descreve o processo de julgamento que os indivíduos aplicam para identificarem com precisão a fonte da memória. Por exemplo, é provável que

o processamento das questões pós evento seja acompanhado por uma reconstrução mental do evento testemunhado, o que pode aumentar a sobreposição entre as duas fontes e, conseqüentemente, conduzir a erro na atribuição da fonte da memória. Ainda segundo esta teoria, são considerados também fatores específicos que podem promover erros de monitorização da fonte: por exemplo, a falha na codificação ou ativação das características da memória, a ou falha no envolvimento no processo de decisão sistemático que a atribuição correta da fonte, muitas vezes, requer (Gabbert & Hope, 2013).

3. Estudos sobre a Sugestionabilidade Interrogativa e o Efeito do Contágio Social

Investigações no âmbito da influência direta e indireta do contágio social na memória têm mostrado que os sujeitos apresentam maior sugestionabilidade quando a informação pós-evento provém diretamente de uma co-testemunha, no contexto de uma interação social, do que de uma fonte indireta (Gabbert et al., 2004; Paterson & Kemp, 2006). Quando se equipara o modo de apresentação da informação entre condições, o impacto da informação falsa transmitida por um comparsa real e por um comparsa virtual é o mesmo num teste de evocação, mas não num teste de monitorização da fonte de informação (Meade & Roediger, 2002). Meade e Roediger (2002) admitem que este resultado é surpreendente e necessita de ser corroborado em experiências futuras. Num outro estudo, levado a cabo por Hoffman, Granhag, Kwong See e Loftus (2001), foram constituídas duas condições: a metade dos participantes foi dito que a informação provinha de um estudante universitário (fonte de credibilidade elevada), e à outra metade foi dito que a resposta tinha sido gerada aleatoriamente por um computador (fonte de credibilidade baixa). Registou-se que as respostas sugeridas pela fonte com credibilidade baixa (computador) foram praticamente ignoradas. Assim, os resultados mostraram que a influência exercida pela fonte com credibilidade elevada foi maior (os participantes obtiveram apenas 42% de respostas certas) do que a influência decorrente da fonte de credibilidade baixa (os participantes alcançaram 62% de respostas corretas). Numa outra investigação, Gorassini, Harris, Diamond e Flynn-Dastoor (2006) desenvolveram um programa de computador para administrar a GSS, e assim contribuir para a eliminação de problemas de estandardização que

podem surgir na aplicação face-a-face. Os resultados obtidos revelaram a capacidade da versão computadorizada da GSS1 para promover a mudança das respostas, conduzindo à ocorrência de sugestionabilidade.

II - Objectivos

A presente investigação vai beber a ambas as abordagens referidas anteriormente: a da sugestionabilidade interrogativa, baseada no modelo de Gudjonsson e Clark (Gudjonsson, 2003) e a do efeito do contágio social, alicerçada, principalmente, nos estudos de Solomon Asch (1956), de Meade e Roediger (2002). Especificamente, pretende-se estudar a *Sugestionabilidade Interrogativa* considerando, numa amostra de reclusos, duas fontes de transmissão do *feedback* negativo incluído na GSS1: a presente investigadora (fonte de contágio social directa, real e de credibilidade elevada) e um computador (fonte de contágio social indirecta).

Constituem ainda objectivos deste estudo, analisar a relação entre a *Sugestionabilidade Interrogativa* e variáveis como: a *Inteligência*; a personalidade (*Neuroticismo*); o *Estado/Traço de Ansiedade* e a *Desejabilidade Social*.

Tendo em vista estes objectivos e considerando a revisão de estudos efetuada, estabeleceram-se as seguintes hipóteses:

H1: A *Sugestionabilidade Interrogativa* será mais elevada na condição em que o *feedback* negativo é administrado pela investigadora, uma vez que se trata de uma fonte de contágio social directa, real e de credibilidade elevada do que quando este provém do computador.

H2: Existe uma correlação negativa e estatisticamente significativa entre a *Inteligência Não Verbal* e a *Sugestionabilidade Interrogativa*.

H3: Existe uma correlação negativa e estatisticamente significativa entre a *Ansiedade Estado* e a *Sugestionabilidade Interrogativa*. No entanto, esta correlação poderá ser baixa, uma vez que a ansiedade é medida antes da administração do *feedback* negativo e das questões tendenciosas.

H4: Existe uma correlação positiva, estatisticamente significativa, que poderá ser baixa, entre o *Neuroticismo* e a *Sugestionabilidade Interrogativa*.

H5: Existe uma correlação positiva, estatisticamente significativa, que poderá apresentar uma magnitude pequena, entre a *Desejabilidade Social* e a

Sugestionabilidade Interrogativa.

III - Metodologia

1. Amostra

O presente estudo tem por base uma amostra prisional obtida por conveniência (método de amostragem não probabilística) com uma dimensão de 70 sujeitos do género masculino. A amostra foi recolhida no Estabelecimento Prisional de Coimbra entre Janeiro e Abril de 2017.

A idade dos participantes varia entre os 21 e os 50 anos ($M = 34.87$, $DP = 7.58$). A maioria vivia numa área urbana anteriormente à reclusão (64.3%), não estava a tomar medicação (52.9%), nem a consumir álcool (91.4%) ou outras drogas (81.4%). Grande parte dos participantes consumia tabaco, (75.7%) à data da recolha. Metade dos participantes já tinha tido consultas prévias de psicologia (50%) e era reincidente (50%). Apenas 21.4% dos participantes vivenciou comportamentos abusivos por parte de outros, nos quais se incluem os maus tratos, violência doméstica e *bullying*. Como se pode observar na Tabela 1, a maioria dos participantes era solteira (82.9%) e possuía o terceiro ciclo de escolaridade (38.6%).

Tabela 1. Características Sociodemográficas da Amostra

	N	Percentagem %
Escolaridade		
1º Ciclo	6	8.6
2º Ciclo	18	25.7
3º Ciclo	27	38.6
Ensino Secundário	17	24.3
Ensino Superior	2	2.9
Estado Civil		
Solteiro	58	82.9
Casado	6	8.6
Divorciado	3	4.3
Viúvo	3	4.3

No que concerne às características jurídico-penais, como se pode observar na Tabela 2, a maioria dos participantes tinha uma pena de prisão com duração entre 5 a 10 anos e já tinha cumprido até 2 anos (31.4%) ou

entre 2 a 5 anos (31.4%). O tipo de crime mais frequente nesta amostra é o crime contra o património (51.4%) seguindo-se o crime contra pessoas (37.1%), crime relativo a estupefacientes (10%) e crime contra o Estado (1.4%).

Tabela 2. Características Jurídico-Penais da Amostra

	N	Percentagem %
Tipo de Crime		
Contra pessoas	26	37.1
Contra a vida em sociedade	0	0
Contra o património	36	51.4
Contra o Estado	1	1.4
Relativos a Estupefacientes	7	10
Relativos à posse de armas	0	0
Relativos à condução	0	0
Duração da Pena		
Até 2 anos	2	2.9
Entre 2 a 5 anos	5	7.1
Entre 5 a 10 anos	18	25.7
Entre 10 a 15 anos	13	18.6
Entre 15 a 20 anos	16	22.9
Mais de 20 anos	11	15.7
Indeterminada	5	7.1
Tempo Cumprido		
Até 2 anos	22	31.4
Entre 2 a 5 anos	22	31.4
Entre 5 a 10 anos	19	27.1
Entre 10 a 15 anos	7	10
Entre 15 a 20 anos	0	0
Mais de 20 anos	0	0

Não foram encontradas diferenças, estatisticamente, significativas, entre as duas condições (fonte de transmissão do *feedback* negativo na GSS1: fonte direta de contágio social e fonte indireta de contágio social) no que se refere às variáveis idade [$t(68) = -1.45, p = .152$], escolaridade [$t(68) = .12, p = .904$], estado civil [$t(68) = -.16, p = .875$] e tipo de crime [$t(68) = .16, p = .875$]. Na Tabela 3 encontram-se as estatísticas descritivas respeitantes à escolaridade e ao tipo de crime, de ambos os grupos de participantes.

Tabela 3. Características dos participantes nas condições fonte direta de contágio social e fonte indireta de contágio social considerando a escolaridade e o tipo de crime

	Condição fonte direta de contágio social (investigadora)		Condição fonte indireta de contágio social (computador)	
	N	Percentagem %	N	Percentagem %
Escolaridade				
1º Ciclo	4	11.4	2	5.7
2º Ciclo	9	25.7	9	25.7
3º Ciclo	10	28.6	17	48.6
Ensino Secundário	11	31.4	6	17.1
Ensino Superior	1	2.9	1	2.9
Tipo de Crime				
Contra pessoas	13	37.1	13	37.1
Contra a vida em sociedade	0	0	0	0
Contra o património	18	51.4	18	51.4
Contra o Estado	0	0	1	2.9
Relativos a Estupefacientes	4	11.4	3	8.6
Relativos à posse de armas	0	0	0	0
Relativos à condução	0	0	0	0

2. Materiais, Instrumentos e Procedimentos

Os participantes foram recrutados no Estabelecimento Prisional de Coimbra e foi-lhes explicado que a avaliação se destinava somente a fins de investigação, sendo assegurada a confidencialidade e o anonimato dos seus dados. Foram ainda informados de que a sua participação era totalmente voluntária e não acarretaria qualquer benefício para eles mesmos. A investigação foi introduzida como tratando-se de “um estudo sobre a memória”. Após terem colocado perguntas e/ou dúvidas, os participantes voluntários assinaram o consentimento informado.

A administração do protocolo de avaliação foi realizada em sessões individuais de aproximadamente 70 a 80 minutos, por participante.

O Questionário Sociodemográfico foi administrado aos participantes antes do restante protocolo de avaliação e preenchido pela investigadora. Este tem como objectivo a recolha de dados demográficos, jurídico-penais, saúde dos participantes e ainda acerca do consumo de drogas.

Seguidamente, foi administrada a GSS1. Nos 50 minutos de intervalo,

entre a evocação imediata da história da GSS1 e a evocação diferida, foram administrados os seguintes instrumentos de avaliação: *Matrizes Progressivas Estandarizadas de Raven (MPER)*, *Inventário Estado Traço de Ansiedade (STAI-Y)*, *Questionário de Personalidade de Eysenck Revisto (EPQ-R)* e a *Escala de Desejabilidade Social de 20 Itens (EDS-20)*.

2.1 Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS1)

A Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS1; Gudjonsson, 1997; versão port. Pires, 2011) é um instrumento que avalia a sugestionabilidade interrogativa partindo da memória de uma história (Gudjonsson, 2003). Pode ser administrada a partir dos 6 anos de idade e demora cerca de 20 minutos mais 50 minutos entre a evocação imediata e a evocação diferida. O seu procedimento de aplicação já foi anteriormente descrito. A administração da GSS propicia os seguintes resultados (Gudjonsson, 2003):

Evocação imediata: mede a evocação verbal imediata da narrativa da GSS e proporciona informação sobre a atenção, concentração e capacidade mnésica do sujeito. A pontuação máxima de unidades da história que o sujeito pode evocar é 40. A média para pessoas com um QI médio é de 21 com um desvio-padrão de 7. Contudo, pacientes em contextos forenses normalmente obtêm resultados com mais do que um desvio-padrão abaixo da média, sendo a média para esta população 12 e o desvio-padrão 7 (Gudjonsson, 2003).

Evocação diferida: requerida 50 minutos após a evocação imediata. Tal como na anterior, a pontuação máxima é 40 pontos e a média é, respectivamente, 19 e 10 pontos para a população normal e forense.

Cedência 1: refere-se ao número de questões tendenciosas a que o sujeito cedeu antes de administrado o *feedback* negativo. O resultado máximo que o sujeito pode obter é 15.

Mudança: refere-se ao número de vezes que o sujeito alterou a sua resposta após o *feedback* negativo. A direção da mudança é irrelevante para este indicador cuja pontuação máxima é 20, uma vez que inclui todas as questões e não apenas as tendenciosas.

Cedência 2: refere-se ao número de questões tendenciosas a que o sujeito cede após a administração do *feedback* negativo, indicando o tipo de

mudança ocorrida. Providencia informação adicional que revela ao examinador como é que a pressão interrogativa, administrada na forma de *feedback* negativo, afecta a subsequente susceptibilidade do sujeito às questões tendenciosas.

Sugestionabilidade Total: é a soma de Cedência 1 com Mudança. Indica o nível global de sugestionabilidade do sujeito.

Confabulação: refere-se a problemas no processamento da informação na memória que consistem em as pessoas preencherem as lacunas na sua memória com informação imaginada, que acreditam ser verdade. A confabulação pode ocorrer através de Distorções, em que a pessoa muda certos detalhes da história ou Fabricações em que um novo elemento é adicionado à narrativa.

Os vários estudos acerca das qualidades psicométricas da GSS concluíram que este instrumento apresenta boa consistência interna, entre .75 e .85 (Merckelbach, Muris, Wessel, & van Koppen, 1998; Muris et al., 2004), bom acordo inter-avaliadores, entre .724 e .996 (Clare, Gudjonsson, Rutter, & Cross, 1994; Richardson & Smith, 1993), boa estabilidade teste-reteste, entre .55 e .83 (Gudjonsson, 1997, 2003; Merckelbach et al., 1998; Muris et al. 2004), boa validade de critério (Gudjonsson & Singh, 1984) e validade preditiva satisfatória (Merckelbach et al., 1998). Na adaptação portuguesa da GSS1, a escala apresentou consistência interna razoável (.74 para a Cedência 1, .76 para a Cedência 2 e .58 para a Mudança) e a estabilidade temporal (intervalo entre aplicações de 4 semanas, aproximadamente) para a Cedência 1 foi de .39, para a Cedência 2 foi de .46, para a Mudança foi de .11 e para a Sugestionabilidade Total foi de .32 (Pires, 2011; Pires, Silva & Ferreira, 2013).

2.2 Matrizes Progressivas Estandarizadas de Raven

As Matrizes Progressivas Estandarizadas de Raven (MPER; Raven, Court, & Raven, 1996; versão port. Infoteste, 1999) avaliam a inteligência não verbal, mais concretamente a capacidade de raciocínio (factor g de Spearman). Consistem num teste de resolução de problemas que se destina a adolescentes e adultos. O tempo de administração é aproximadamente 30 minutos.

Este instrumento consiste em 5 séries - A, B, C, D, e E - com 12

figuras incompletas de dificuldade crescente. A tarefa do sujeito é completar o padrão da figura selecionando a alternativa correta entre as 6 apresentadas. Cada figura corretamente completada soma um ponto ao resultado final do sujeito que é, posteriormente, convertido em percentis para permitir a interpretação do mesmo.

Os vários estudos levados a cabo com a finalidade de avaliar as qualidades psicométricas deste instrumento concluíram que o mesmo apresenta boa consistência interna (coeficientes de consistência interna de bipartição superiores a .90) e boa estabilidade teste-reteste, entre .83 e .93 (Raven, Court, & Raven, 1996).

2.3 Inventário Estado Traço de Ansiedade – Forma Y

O Inventário Estado Traço de Ansiedade (STAI-Y; Spielberger, 1983; versão port. Silva, 2003) é um instrumento de auto-avaliação da ansiedade (estado e traço), aplicável a indivíduos com escolaridade superior ao 10º ano ou idade equivalente e cujo tempo de administração é aproximadamente 10 minutos.

Este instrumento é constituído por 2 subescalas (Y1 que avalia a ansiedade estado e Y2 que avalia a ansiedade traço), cada uma composta por 20 itens e tem um formato de resposta tipo Likert de 4 pontos (que varia entre 1-nada e 4-muito). A subescala estado de ansiedade contém 10 itens de cotação invertida e a subescala traço de ansiedade contém 9. A cotação deste instrumento consiste no somatório da pontuação obtida em cada item, sendo a pontuação máxima de 80 pontos e a mínima de 20 pontos. Caso o preenchimento de três ou mais itens não tenha sido efetuado, a validade da escala não está assegurada.

Nos estudos portugueses (Silva, 2003), sobre as qualidades psicométricas deste instrumento, foi registada uma boa consistência interna (entre .88 e .93) e uma estabilidade teste-reteste satisfatória (.59 para a ansiedade estado e .80 para a ansiedade traço).

2.4 Questionário de Personalidade de Eysenck – Forma Revista

O Questionário de Personalidade de Eysenck – Forma Revista (EPQ-R; Eysenck, & Eysenck, 1975; versão port. Almiro & Simões, 2014) avalia as seguintes dimensões da personalidade: Neuroticismo (N), Extroversão

(E), Psicoticismo (P). Contém ainda uma subescala de Mentira (L). Este instrumento, que foi construído no sentido de superar as limitações da dimensão Psicoticismo do EPQ, destina-se a indivíduos entre os 16 e 60 anos e a sua aplicação, individual ou em grupo, demora aproximadamente 15 minutos. Este é um questionário de auto-resposta com 70 itens de resposta dicotómica (Sim/Não).

Os estudos realizados com população portuguesa (Almiro & Simões, 2011) acerca das qualidades psicométricas deste instrumento, concluíram que o mesmo apresenta boa consistência interna, entre .76 e .90 nas várias dimensões. Estudos realizados noutros países mostraram as boas qualidades psicométricas deste instrumento quer no que concerne à estrutura fatorial, quer no que se refere à precisão (Almiro & Simões, 2011).

2.5 Escala de Desejabilidade Social de 20 Itens

A Escala de Desejabilidade Social de 20 Itens (EDS-20; Simões, Almiro, & Sousa, 2014) avalia a desejabilidade social, que consiste na tendência dos sujeitos para atribuir a si mesmos atitudes e/ou comportamentos socialmente desejáveis, quando respondem a instrumentos de avaliação de atitudes ou de personalidade. Esta escala destina-se a indivíduos com mais de 16 anos e o tempo de administração é de aproximadamente 5 minutos. A EDS-20 é um instrumento de auto-relato, composto por 20 itens de resposta dicotómica (Sim/Não).

Quanto às qualidades psicométricas desta escala, a mesma apresenta boa consistência interna (.85) (Almiro et al, 2016). Um outro estudo concluiu que este instrumento apresenta boas qualidades psicométricas (consistência interna de .80) para ser aplicado em contexto forense (Baptista, 2016) A inclusão deste instrumento no protocolo de avaliação desta investigação prende-se com a importância de considerar a desejabilidade social um fator que pode enviesar as respostas aos instrumentos de avaliação psicológica, influenciando os dados obtidos e ameaçando, assim, a objectividade das medidas obtidas.

IV - Resultados

Com a finalidade de analisar as diferenças entre as médias das

condições em estudo, utilizámos o teste paramétrico *t-student* para amostras independentes. Recorremos ao método de correlação de *Pearson* para averiguar a existência de associações entre as variáveis estudadas. Todas as análises estatísticas foram levadas a cabo através do *software* IBM SPSS *Statistics* 22.0 para *Windows*.

4.1 Comparação das médias entre ambos os grupos

Na Tabela 4 podem observar-se os resultados da análise comparativa, por meio do teste *t-student*⁴, das duas condições deste estudo (fonte direta e indireta de contágio social: *feedback* negativo apresentado pela investigadora e *feedback* negativo fornecido por computador, respetivamente), tendo em conta todas as variáveis consideradas.

⁴ Com o propósito de analisar a normalidade das variáveis em estudo, recorreu-se ao teste de Kolmogorov-Smirnov e ao enviesamento em relação à média através dos valores de assimetria (*skewness*) e de achatamento/curtose (*kurtosis*). Através dos resultados do teste de Kolmogorov-Smirnov, conclui-se que a maioria das variáveis não apresentam uma distribuição normal [70(.000), $p < .05$] e [70(.046), $p < .05$]. Apenas as variáveis *Neuroticismo* e *Mentira* do EPQ-R e a *Desejabilidade Social*, medida através da EDS-20, apresentam uma distribuição normal [70(.200), $p > .05$]. Contudo, segundo Kline (2011), os valores de assimetria e de curtose [valores de assimetria (Sk) entre -1.229 e 1.777; valores de curtose (Ku) entre -1.109 e 5.203] não evidenciam um enviesamento que ponha em causa a distribuição normal (Sk < |3| e de Ku < |10|). Ainda segundo o Teorema do Limite Central, para amostras superiores a 30 sujeitos, a violação dos pressupostos da normalidade e da homocedasticidade não coloca em causa as conclusões retiradas (Gravetter & Wallnau, 2000). Por estas razões, decidiu-se utilizar testes paramétricos, uma vez que estes se mostram mais robustos (Marôco, 2011).

Tabela 4. Comparação das médias entre ambos os grupos

	Condição fonte direta de contágio social		Condição fonte indireta de contágio social		<i>t</i>	<i>P</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
Evocação Imediata	13.66	6.21	12	5.09	1.22	0.226
Confabulações EI	1.60	1.19	2.20	1.86	-1.61	0.113
Evocação Diferida	11.94	5.31	10.96	5.65	0.75	0.455
Confabulações ED	1.57	1.15	2.37	1.88	-2.15	0.036*
Cedência 1	4.74	3.37	5.46	3.52	-0.87	0.389
Cedência 2	6.69	3.87	7.23	3.63	-0.61	0.547
Mudança	4.31	3.30	4.94	2.89	-0.84	0.399
Sugestionabilidade Total	9.06	4.77	10.43	4.39	-1.25	0.215
Inteligência não verbal	38.37	9.36	38.09	9.22	0.12	0.898
Estado de Ansiedade	37.94	7.89	36.34	6.75	0.91	0.365
Traço de Ansiedade	39.37	10.01	35	8.11	2.01	0.049*
Neuroticismo	11.66	5.11	9.80	4.68	1.59	0.117
Desejabilidade Social	11.26	4.19	10.46	4.60	0.76	0.449

Nota: * $p < .05$

Existem diferenças estatisticamente significativas, entre as condições fonte direta e indireta de contágio social, apenas para as variáveis *Confabulações na Evocação Diferida* [$M = 1.57$, $DP = 1.15$; $t(68) = -2.15$, $p = .036$] e *Traço de Ansiedade* [$M = 39.37$, $DP = 10.01$; $t(68) = 2.01$, $p = .049$]. A magnitude das diferenças das médias foi moderada⁵ para as *Confabulações na Evocação Diferida* ($\eta^2 = -.073$) e pequena para o *Traço de Ansiedade* ($\eta^2 = .056$).

4.2 Correlações entre a Sugestionabilidade Interrogativa e as restantes variáveis em estudo

Para analisar a força e direção das relações entre a *Sugestionabilidade Interrogativa* e as demais variáveis, procedeu-se à análise das correlações. Neste caso, uma vez que todas as variáveis são contínuas e verificando-se o cumprimento de todos os pressupostos⁶ dos testes paramétricos, optou-se pela utilização do coeficiente de correlação de *Pearson*.

⁵ Segundo Cohen (1988). Esta será a classificação utilizada para a magnitude do efeito em todo o documento.

⁶ O cumprimento dos pressupostos necessários à utilização do cálculo de correlações foi examinado e corroborado, assegurando-se assim a independência das observações, normalidade, linearidade e homocedasticidade.

4.2.1 Correlações entre a Sugestionabilidade Interrogativa e a Inteligência Não Verbal

Na Tabela 5 podem observar-se os resultados do coeficiente r de *Pearson* e da significância estatística, para cada condição, referentes à relação entre as variáveis que medem a *Sugestionabilidade Interrogativa* e a *Inteligência Não Verbal*.

Tabela 5. Correlações Produto-Momento de Pearson entre as medidas de Sugestionabilidade Interrogativa e a Inteligência Não Verbal

		Inteligência Não Verbal
Cedência 1	<i>r</i>	-0.102
	<i>p</i>	0.402
Cedência 2	<i>r</i>	-0.080
	<i>p</i>	0.508
Mudança	<i>r</i>	-0.005
	<i>p</i>	0.967
Sugestionabilidade	<i>r</i>	-0.081
	<i>p</i>	0.506

Nenhuma das correlações entre *Inteligência Não Verbal* e *Sugestionabilidade Interrogativa* (medida pelas quatro variáveis *Cedência 1*, *Cedência 2*, *Mudança* e *Sugestionabilidade Total*) se mostrou estatisticamente significativa (ver Tabela 5).

4.2.2 Correlações entre a Sugestionabilidade Interrogativa e a Ansiedade

Nas Tabelas 6 e 7 encontram-se os resultados do coeficiente r de *Pearson* e da respetiva significância estatística, entre as variáveis *Ansiedade Estado* e *Ansiedade Traço* e as diversas medidas de *Sugestionabilidade Interrogativa*. No caso da *Ansiedade Traço* este cálculo foi feito separadamente para ambas as condições.

Tabela 6. Correlações Produto-Momento de Pearson entre as medidas de Sugestionabilidade Interrogativa e a Ansiedade Estado

		Ansiedade Estado
Cedência 1	<i>r</i>	0.176
	<i>p</i>	0.144
Cedência 2	<i>r</i>	0.191
	<i>p</i>	0.114
Mudança	<i>r</i>	0.009
	<i>p</i>	0.938
Sugestionabilidade	<i>r</i>	0.143
	<i>p</i>	0.238

Tabela 7. Correlações Produto-Momento de Pearson entre as medidas de Sugestionabilidade Interrogativa e a Ansiedade Traço, para ambas as condições

		Condição fonte direta de contágio social	Condição fonte indireta de contágio social
		Ansiedade Traço	Ansiedade Traço
Cedência 1	<i>r</i>	-0.089	-0.107
	<i>p</i>	0.613	0.540
Cedência 2	<i>r</i>	-0.186	0.047
	<i>p</i>	0.285	0.789
Mudança	<i>r</i>	-0.172	-0.019
	<i>p</i>	0.323	0.914
Sugestionabilidade	<i>r</i>	-0.182	-0.086
	<i>p</i>	0.296	0.624

Como se pode verificar nas Tabelas 6 e 7, não foi atingida a significância estatística em nenhuma das correlações entre as medidas de *Sugestionabilidade Interrogativa* e a *Ansiedade Estado* e *Ansiedade Traço*.

4.2.3 Correlações entre a Sugestionabilidade Interrogativa, o Neuroticismo e a Desejabilidade Social

A Tabela 8 apresenta os resultados do coeficiente *r* de *Pearson* e da significância estatística respectiva, entre as variáveis *Neuroticismo*, *Desejabilidade Social* e as várias medidas da *Sugestionabilidade Interrogativa*.

Tabela 8. Correlações Produto-Momento de Pearson entre as medidas de sugestionabilidade interrogativa, o Neuroticismo e a Desejabilidade Social

		Neuroticismo	Desejabilidade Social
Cedência 1	<i>r</i>	-0.061	0.118
	<i>p</i>	0.619	0.330
Cedência 2	<i>r</i>	0.036	0.006
	<i>p</i>	0.766	0.962
Mudança	<i>r</i>	0.080	-0.173
	<i>p</i>	0.508	0.153
Sugestionabilidade	<i>r</i>	0.012	-0.026
Total	<i>p</i>	0.920	0.829

Com base na Tabela 8, assinala-se que nenhuma das correlações entre as medidas de *Sugestionabilidade Interrogativa* e o *Neuroticismo* se revelou estatisticamente significativa.

Relativamente à relação entre *Desejabilidade Social* e as variáveis que medem a sugestionabilidade, também nenhuma das correlações alcançou a significância estatística.

V - Discussão

O presente estudo teve como objetivo principal estudar a *Sugestionabilidade Interrogativa*, numa amostra de reclusos, distribuídos aleatoriamente por duas condições: uma em que o *feedback* negativo da GSS1 foi administrado por uma fonte direta de contágio social (investigadora) e a outra em que este foi administrado por uma fonte indireta de contágio social (computador). Constituíram-se ainda como objectivos adicionais, estudar a relação entre a *Sugestionabilidade Interrogativa* (medida através da GSS1) e as variáveis: *Inteligência Não Verbal*, *Ansiedade Estado*, *Neuroticismo*, e *Desejabilidade Social*.

A primeira hipótese deste estudo, de que a *Sugestionabilidade Interrogativa* seria mais elevada na condição em que o *feedback* negativo foi administrado pela investigadora, por se tratar de uma fonte de contágio social directa, real e de credibilidade elevada, não foi corroborada. De facto, não se evidenciaram diferenças estatisticamente significativas entre a condição fonte directa de contágio social e a condição fonte indireta de contágio social, tendo em conta todas as variáveis da GSS1 que medem a *Sugestionabilidade Interrogativa*: *Cedência 1* [$t(68) = -.87, p = .389$], *Cedência 2* [$t(68) = -.61, p = .547$], *Mudança* [$t(68) = -.85, p = .399$] e

Sugestionabilidade Total [$t(68) = -1.25, p = .215$]. Este resultado, apesar de divergir em relação à maioria dos resultados encontrados na literatura aqui revista sobre o efeito do contágio social⁷, está em linha com o estudo de Meade e Roediger (2002), em que os autores concluíram que, quando se equipara o modo de apresentação da informação entre condições, o impacto da informação falsa transmitida por um comparsa real e por um comparsa virtual é o mesmo, num teste de evocação. Para além disso, também Gorassini et al. (2005) concluíram que a versão computadorizada da GSS1 era passível de promover mudança das respostas dos sujeitos e levar à ocorrência de sugestionabilidade. Posto isto, podemos sugerir que assemelhando as condições de transmissão do *feedback* negativo, uma fonte de contágio social virtual (computador) pode ser tão eficaz quanto uma fonte de contágio social real no desencadeamento de sugestionabilidade. No entanto, esta inferência deve ser testada em estudos futuros, pois a não observação de uma diferença não equivale à sua inexistência. Uma outra explicação para a não observação de diferenças estatisticamente significativas entre as condições, poderia provir da confusão da fonte de *feedback*, uma vez que a administração do *feedback* negativo pela fonte de contágio social virtual (computador) não foi directamente administrado por esta. Devido a constrangimentos e normas próprios do local de recolha da amostra (estabelecimento prisional), não foi possível assegurar que os participantes vissem a investigadora a confirmar as suas respostas no programa de computador, tal como lhes era dito. Foi sim transmitido aos participantes que a investigadora, ao sair da sala, iria verificar as suas respostas num programa de computador. Quando voltava, reforçava a ideia de que tinha, de facto, confirmado essas respostas no programa de computador, o qual tinha identificado uma série de erros cometidos pelos sujeitos sendo, então, necessário repetir todas as questões. Contudo, uma vez que esta informação foi providenciada antes e depois do *feedback* negativo, é pouco provável que tenha ocorrido uma confusão da fonte de administração do *feedback*, mas ainda assim, esta seria possível. Importa ainda referir que dois dos participantes revelaram alguma suspeita quanto à existência do programa de computador, pelo que foram excluídos da amostra. Pode

⁷ Sublinhe-se que em nenhum destes estudos foi utilizada a GSS para avaliar a sugestionabilidade.

também ter acontecido que outros participantes neste estudo suspeitassem do mesmo sem nunca o terem referido. Contudo, se assim fosse, a fonte de *feedback* negativo virtual (computador) teria sido desacreditada e, supostamente, ter-se-iam evidenciado diferenças, estatisticamente, significativas entre as condições. Um outro aspecto a ter em conta, é que o tamanho da amostra não explica este resultado, como pode ser verificado através de uma análise *a posteriori* do poder recorrendo ao GPower⁸. Os resultados desta análise indicam que, para encontrar diferenças, estatisticamente, significativas entre os grupos, relativas aos resultados das medidas de sugestionabilidade, através de um teste com bom poder estatístico, seriam necessárias amostras com dimensão de, pelo menos, 210 participantes. Ainda uma outra questão relevante para esta discussão, é a credibilidade da administração do *feedback* negativo. Para testar se este estava a ser administrado de forma credível, foram colocadas as seguintes perguntas, no final da sessão, a 25 dos participantes: “Quando eu lhe disse (instrução correspondente à condição), como é que se sentiu?”; “Quando eu lhe disse (instrução correspondente à condição), achou que tinha que mudar obrigatoriamente as suas respostas?”; “Quando eu lhe disse (instrução correspondente à condição), achou que eu/programa de computador tinha razão?”. A análise qualitativa⁹ das respostas permite avançar que os participantes sentiram realmente necessidade de modificar as mesmas devido ao *feedback* negativo, pelo que se pôde concluir que este teria sido administrado de forma credível, em ambas as condições.

Nenhuma das correlações alvo de análise nas restantes hipóteses obteve significância estatística. A segunda hipótese do presente estudo, de que existiria uma correlação negativa e estatisticamente significativa entre a *Inteligência Não Verbal* e a *Sugestionabilidade Interrogativa* foi parcialmente corroborada. Verificaram-se correlações negativas fracas entre a *Inteligência Não Verbal* e as variáveis *Cedência 1*, *Cedência 2*, *Mudança* e

⁸ Este programa encontra-se disponível em <http://www.gpower.hhu.de/en.html>

⁹ As respostas dos participantes às questões sobre a credibilidade do *feedback* negativo foram anotadas e posteriormente analisadas. A análise qualitativa realizada consistiu na interpretação do conteúdo das respostas dos participantes, tendo-se confirmado que todos eles acreditaram que era necessário mudar as suas respostas, uma vez que as facultadas anteriormente estavam erradas e o *feedback* negativo administrado, quer pela investigadora quer pelo computador, constituía informação correta.

Sugestionabilidade Total. Tal vai parcialmente ao encontro da nossa hipótese, uma vez que, apesar de não se terem mostrado, estatisticamente, significativas, a maioria das correlações entre *Inteligência Não Verbal* e *Sugestionabilidade Interrogativa* revelou-se negativa e fraca. Estes resultados encontram-se em linha com estudos referidos anteriormente (Tata, 1983; Powers et al., 1979), nos quais também não foram encontradas correlações, estatisticamente, significativas. Tal como estes autores argumentam e como Gudjonsson (1988) alerta, a relação entre *Sugestionabilidade Interrogativa* e inteligência pode ser afetada por efeitos de amplitude, observando-se apenas quando os sujeitos têm inteligência média e abaixo da média ou quando a amostra é muito heterogénea. Uma vez que a maioria dos sujeitos da amostra do presente estudo se divide, relativamente ao grau de escolaridade, pelo segundo e terceiro ciclos e ensino secundário, poderia ter havido efeitos de amplitude e a amostra ser considerada heterogénea (existem muitos sujeitos com níveis diferentes de escolaridade). Mesmo assim, não foi registada significância estatística na correlação negativa entre *Sugestionabilidade* e *Inteligência Não Verbal*. Também a existência de variação dos níveis de escolaridade, na amostra, não garante heterogeneidade quanto à *Inteligência Não Verbal*. Uma outra explicação, para o facto de não ter sido atingida a significância estatística, pode ser a impulsividade nas respostas dos sujeitos, bem como a casualidade das mesmas. Estas foram evidentes na maioria dos sujeitos, por considerarem o instrumento demasiado longo, maçudo e as figuras difíceis. Ainda uma outra explicação para a fraca correlação evidenciada entre a *Inteligência Não Verbal* e a *Sugestionabilidade Interrogativa* é a possibilidade de esta ter sido mediada pelas condenações prévias, uma vez que 50% dos sujeitos da amostra é reincidente e, como foi exposto anteriormente, aquelas podem interferir na correlação, reduzindo-a (Sharrock & Gudjonsson, 1993).

A terceira hipótese do nosso estudo, de que existiria uma correlação negativa baixa e estatisticamente significativa entre a *Ansiedade Estado* e a *Sugestionabilidade Interrogativa*, não foi corroborada. Na realidade, todas as correlações entre a *Ansiedade Estado* e as quatro variáveis que medem a *Sugestionabilidade* (*Cedência 1*, *Cedência 2*, *Mudança* e *Sugestionabilidade Total*) foram positivas e fracas, não tendo atingido o limiar de significância

estatística. A nossa hipótese previa o sentido contrário ao ocorrido, uma vez que o *feedback* negativo seria administrado apenas após o preenchimento do STAI-Y. Criava-se, assim, ansiedade nos sujeitos unicamente depois da administração do *feedback* negativo, pelo que eles não se encontrariam ansiosos, aquando do preenchimento daquele instrumento. No entanto, sendo a *Ansiedade Estado* a medida da ansiedade no momento, é importante atender ao contexto em que os participantes se inserem: o meio prisional que por si é já gerador de ansiedade. Tal como o autor da versão portuguesa do STAI-Y refere “quando um stressor é avaliado como perigoso ou ameaçador, afirma-se que se verifica a evocação de uma reacção de Estado de Ansiedade...a duração dependerá da persistência do estímulo evocador” (Silva, 2003, p. 51). De facto, vários sujeitos verbalizaram afirmações como “como é que alguém se pode sentir seguro, satisfeito, contente, bem, aqui dentro” na resposta aos itens 2 “*Sinto-me seguro*”, 8 “*Sinto-me satisfeito*”, 16 “*Sinto-me contente*” e 20 “*Sinto-me bem*”. Deste modo, é provável que estes resultados se devam ao facto de os sujeitos terem atribuído um elevado peso ao contexto em que se encontram aquando da resposta a este instrumento. Resultou assim, numa medida de *Ansiedade Estado* elevada e verificou-se uma relação positiva, ainda que fraca, entre a *Ansiedade Estado* e a *Sugestionabilidade Interrogativa*, embora, repetimos, sem significado estatístico. Também outros autores não registaram uma correlação negativa entre a *Sugestionabilidade Interrogativa* e a *Ansiedade Estado*, como referido anteriormente. Gudjonsson (1988) encontrou uma associação elevada entre *Ansiedade Estado* e as medidas *Cedência 2* e *Mudança*. Wolfradt e Meyer (1998) encontraram também correlações positivas fortes entre todas as medidas da *Sugestionabilidade Interrogativa* (*Cedência*, *Mudança* e *Sugestionabilidade Total*) e a *Ansiedade Estado*, mesmo quando o STAI foi preenchido antes do interrogatório. Podemos, então, concluir com cautela que elevados níveis de ansiedade no momento poderão estar associados a elevada sugestionabilidade, especialmente em meios potenciadores de ansiedade.

A quarta hipótese deste estudo, de que existiria uma correlação positiva fraca e, estatisticamente, significativa entre o *Neuroticismo* e a *Sugestionabilidade Interrogativa* foi, de certo modo, parcialmente corroborada. De facto, verificaram-se correlações positivas fracas entre o

Neuroticismo e as variáveis *Cedência 2*, *Mudança* e *Sugestionabilidade Total*, evidenciando-se apenas uma correlação negativa fraca entre o *Neuroticismo* e a *Cedência 1*. No entanto, sublinhe-se que, nenhuma destas correlações se mostrou significativa do ponto de vista estatístico. Estes resultados aproximam-se do que sucedeu no primeiro estudo que utilizou a *GSSI* (Gudjonsson, 1983), no qual foi encontrada uma correlação baixa entre a *Sugestionabilidade Total* e o *Neuroticismo*. Por outro lado, e tal como nesta investigação, os restantes estudos mencionados anteriormente (Haraldsson, 1985 como citado em Gudjonsson, 2003; Polczyk, 2005; Nurmoja & Bachmann, 2008; Penajoia, 2012) também não obtiveram correlações com significância estatística entre estas variáveis. Como Richardson e Kelly (2004) argumentam, dado verificar-se uma grande inconsistência nos resultados dos vários estudos que se propuseram a estudar a associação entre o *Neuroticismo* e a *Sugestionabilidade Interrogativa*, sucede que mais investigação é necessária neste domínio até que se possa concluir qual a relação efectiva entre as variáveis.

A quinta e última hipótese do presente estudo, que preconizava a existência de uma correlação positiva baixa, estatisticamente significativa, entre a *Desejabilidade Social* e a *Sugestionabilidade Interrogativa* foi, de certo modo, também parcialmente corroborada. Verificaram-se correlações positivas fracas entre *Desejabilidade Social* e as variáveis que medem a *Sugestionabilidade*, à excepção da *Mudança* e da *Sugestionabilidade Total*, onde se verificou uma correlação negativa fraca. Ainda assim, podemos referir que a maioria das correlações entre a *Desejabilidade Social* e a *Sugestionabilidade Interrogativa* se mostrou positiva, o que está de acordo com os resultados obtidos nos estudos anteriormente mencionados (Gudjonsson, 2003; Polczyk, 2005; Tata, 1983; Neves, 2011; Penajoia, 2012), embora não tenha sido atingida a significância estatística. Poder-se-ia então concluir que, de uma forma geral, quanto mais elevada é a *Desejabilidade Social* maior é a *Sugestionabilidade Interrogativa*, o que está de acordo com o modelo teórico de Gudjonsson (2003) que preconiza que a *Desejabilidade Social* potencia a tendência para a conformidade, constituindo-se assim como uma vulnerabilidade para a *Sugestionabilidade Interrogativa*.

Os resultados obtidos neste estudo sugerem que a

Sugestionabilidade Interrogativa não parece depender de uma fonte direta ou indireta de contágio social, pelo que ambas podem ser eficazes na indução de sugestionabilidade. Contudo, o presente estudo apresenta algumas limitações. Em primeiro lugar, a extensão do protocolo de avaliação tornou-o, para a maioria dos sujeitos, demasiado maçudo e longo, levando a uma conseqüente diminuição da concentração, do interesse e da motivação para a tarefa, bem como à casualidade das respostas em alguns instrumentos de avaliação, especialmente nas *MPER*. Para além disso, alguns dos instrumentos aplicados carecem de dados normativos para a população prisional e outros contêm questões que não se encontram adaptadas para a população reclusa como é o caso, por exemplo, da pergunta 19 “*Gosta de sair muitas vezes?*” do *EPQ-R*. Ainda o facto da investigadora ser do género feminino e mais jovem do que a maioria dos reclusos pode ter influenciado os resultados, na medida em que a esta poderá não ter sido percebida como uma figura de autoridade. Foi ainda notória a tendência de muitos reclusos a responderem às questões da *GSSI* com base em suposições (que apelam ao seu conhecimento semântico) como, por exemplo, “se eram orientais é porque eram negros”, ou com base na sua própria experiência criminal, quer adicionando pormenores aquando da evocação da história quer na resposta às questões. Uma possível explicação para esta observação é o facto de a maioria dos sujeitos (51.4%) estar condenado por crimes contra o património que consistiam, essencialmente, em roubos e furtos sendo também este o tema da história da *GSSI*.

Posto isto, seria importante que estudos futuros investigassem esta questão da influência da fonte direta e indireta do contágio social no que diz respeito à administração de *feedback* negativo recorrendo a um investigador do género masculino para avaliar reclusos homens. Também deveria ser aplicada a forma 2 da *GSS*, cuja narrativa não contém conteúdo criminal, no sentido de evitar a intrusão de evocações de experiências criminais pessoais passadas nas respostas à *GSS*. Seria ainda relevante, levar a cabo este estudo com uma amostra de mulheres reclusas, com o objetivo de verificar se existem diferenças relativas ao género. Igualmente interessante, seria expandir a amostra a outros estabelecimentos prisionais (possibilitando a recolha de dados mais representativos da população reclusa portuguesa) e abranger a população geral como grupo de controlo, no sentido de explorar a

existência de diferenças estatisticamente significativas. Outros estudos também aliantes, passariam por analisar a influência de outras variáveis inerentes ao contexto prisional na *Sugestionabilidade Interrogativa*, como, por exemplo, o número de sanções disciplinares, a dependência de estupefacientes, entre outras.

Conclusões

Esta investigação teve como principal objectivo estudar a *Sugestionabilidade Interrogativa*, numa amostra de reclusos. Procurámos averiguar a existência de diferenças estatisticamente significativas, no que diz respeito à sugestionabilidade interrogativa, entre duas condições: uma em que o *feedback* negativo da *GSSI* foi administrado por uma fonte directa de contágio social (investigadora) e a outra em que este foi administrado por uma fonte indirecta de contágio social (computador). Como objectivos adicionais, propusemos estudar o impacto na *sugestionabilidade interrogativa* (medida através da *GSSI*) das seguintes variáveis: *inteligência não verbal, ansiedade estado, neuroticismo, e desajustabilidade social*.

Os resultados não revelaram a existência de diferenças, estatisticamente, significativas entre as condições fonte directa de contágio social e fonte indirecta de contágio social. Isto permite-nos sugerir que, assemelhando as condições de transmissão do *feedback* negativo na *GSSI*, uma fonte de contágio social virtual (computador) poderá ser tão eficaz quanto uma fonte de contágio social real para o desencadear de sugestionabilidade. No entanto, esta inferência necessita de ser sustentada por estudos futuros, pois a não observação de uma diferença não é o mesmo que a sua inexistência. Relativamente à não observação de diferenças, estatisticamente, significativas entre as condições referidas, importa ainda salientar que nem o tamanho amostral, nem a credibilidade do *feedback* negativo explicam este resultado. Mais especificamente, por um lado, para serem encontradas diferenças estatisticamente significativas teria que se utilizar um número bastante elevado de sujeitos ($n = 210$) e, por outro, a credibilidade do *feedback* negativo parece ter existido, pois os participantes acreditaram na veracidade deste.

Nenhuma das correlações alvo de análise atingiu o limiar de significância estatística. Verificaram-se correlações negativas fracas entre a *Inteligência Não Verbal* e a *Sugestionabilidade Interrogativa*, o que vai ao encontro de resultados de estudos referidos anteriormente (Tata, 1983; Powers et al., 1979). Este resultado pode ser explicado por efeitos de amplitude, pela heterogeneidade da amostra, pela impulsividade nas respostas dos sujeitos, pela casualidade das mesmas e, ainda, pela possibilidade da correlação ter sido mediada pelo número de condenações prévias (Sharrock & Gudjonsson, 1993).

Foram obtidas correlações positivas fracas entre a *Ansiedade Estado* e a *Sugestionabilidade Interrogativa*, contrariamente ao previsto na nossa hipótese, mas em linha com outros estudos (Gudjonsson, 1988; Wolfradt & Meyer, 1998). Este resultado pode ser explicado pelo meio stressante em que os participantes se encontram levando a uma medida de *Ansiedade Estado* elevada e verificando-se uma relação positiva, ainda que fraca, entre a *Ansiedade Estado* e a *Sugestionabilidade Interrogativa*, embora sem significado estatístico, no nosso estudo. Apenas de modo tentativo se poderá afirmar que elevados níveis de ansiedade no momento estão associados a elevada *Sugestionabilidade*, especialmente em meios potenciadores de ansiedade.

Encontraram-se correlações positivas fracas entre o *Neuroticismo* e a *Sugestionabilidade Interrogativa* (*Cedência 2*, *Mudança* e *Sugestionabilidade Total*), no entanto sem significância do ponto de vista estatístico. Estes resultados aproximam-se do que sucedeu em estudos semelhantes (Gudjonsson, 1983; Haraldsson, 1985 como citado em Gudjonsson, 2003; Polczyk, 2005; Nurmoja & Bachmann, 2008; Penajoia, 2012). Contudo, é prematuro retirar conclusões acerca desta relação, pois há grande inconsistência nos resultados dos vários estudos que se propuseram a estudá-la (Richardson & Kelly, 2004).

Verificaram-se correlações positivas fracas entre *Desejabilidade Social* e as variáveis que medem a sugestionabilidade, à exceção da *Mudança* e da *Sugestionabilidade Total*. Tal está de acordo com os resultados obtidos nos estudos de Gudjonsson (2003), Polczyk (2005), Tata (1983), Neves (2011) e Penajoia (2012), embora não tenha sido atingida a significância estatística. Poder-se-ia então inferir que, de uma forma geral,

quanto mais elevada é a *Desejabilidade Social* maior é a *Sugestionabilidade Interrogativa*, o que está de acordo com o modelo teórico de Gudjonsson (2003).

Em suma, os resultados obtidos deste estudo, quanto à sugestionabilidade interrogativa, sugerem que uma fonte indireta de contágio social, no que respeita a comunicação de *feedback* negativo, poderá ser tão eficaz como uma fonte direta, uma vez que ambas parecem ser susceptíveis de influenciar este tipo de sugestionabilidade. Sendo assim, a incorporação de informação errada nos testemunhos das vítimas ou nas declarações dos suspeitos poderá ser induzida também por fontes indiretas de contágio social. Com a generalização da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação é importante ter este aspeto em conta, no sentido de controlar possíveis fontes de contágio social, susceptíveis de aumentar a sugestionabilidade. Os resultados sugerem ainda que numa avaliação da *Sugestionabilidade Interrogativa* é importante considerar outras variáveis como: a *Inteligência Não Verbal*, que quanto mais reduzida mais elevada poderá ser a *Sugestionabilidade Interrogativa* e a *Ansiedade Estado* e a *Desejabilidade Social* que quanto mais elevadas maior poderá ser a *Sugestionabilidade Interrogativa*.

Sugere-se, de modo sucinto, que em estudos futuros se investigue a influência da fonte directa e indirecta de contágio social na administração de *feedback* negativo recorrendo a um investigador do género masculino para avaliar reclusos homens, com recurso à forma 2 da GSS. Seria também interessante, utilizar uma amostra de mulheres reclusas, no sentido de averiguar se existem diferenças relativas ao género, tal como expandir a amostra a vários estabelecimentos prisionais e abranger a população geral como grupo de controlo. Seria ainda relevante, analisar a influência de outras variáveis inerentes ao contexto prisional na *Sugestionabilidade Interrogativa*, como, por exemplo, o número de sanções disciplinares e a dependência de estupefacientes.

Bibliografia

- Almiro, P., Almeida, D., Ferraz, M., Ferreira, R., Perdiz, C., Dias, I. S., Sousa, L B. & Simões, M. R. (2016, submetido). Escala de Desejabilidade Social (EDS-20). In M. R. Simões, L. S. Almeida & M. Gonçalves (Eds.), *Psicologia forense: Instrumentos de avaliação* Lisboa: Pactor.
- Almiro, P. A. & Simões, M. R. (2011). Questionário de Personalidade de Eysenck – Forma Revista (EPQ-R): Breve revisão dos estudos de validade concorrente. *Revista Portuguesa de Psicologia*, 42, 101- 120.
- Almiro, P. A., & Simões, M. R. (2014). Questionário de Personalidade de Eysenck – Forma Revista (EPQ-R). In L. S. Almeida, M. R. Simões, & M. M. Gonçalves (Eds.), *Instrumentos e contextos de avaliação psicológica* (Vol. II, pp.211-229). Coimbra: Almedina.
- Asch, S. E. (1956). Studies of independence and conformity: I. A minority of one against a unanimous majority. *Psychological monographs: General and applied*, 70(9), 1-70.
- Baptista, B. S. (2016). *Estudos de validação de duas escalas de avaliação da Desejabilidade Social, EDS-20 e DESCA, numa amostra forense*. (Tese de Mestrado Integrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Baxter, J., Charles, K., Martin, M., & McGroarty, A. (2013). The relative influence of leading questions and negative feedback on response change on the Gudjonsson Suggestibility Scale (2): Implications for forensic interviewing, *Psychology, Crime & Law*, 19 (3), 227-285. doi: 10.1080/1068316X.2011.631538
- Baxter, J. S., & Bain, S. A. (2002). Faking interrogative suggestibility: The truth machine. *Legal and Criminological Psychology*, 7(2), 219-225.
- Baxter, J. S., Jackson, M., & Bain, S. A. (2003). Interrogative suggestibility: Interactions between interviewees' self-esteem and interviewer style. *Personality and Individual Differences*, 35(6), 1285-1292. doi: 10.1016/S0191-8869(02)00349-5
- Betz, A. L., Skowronski, J. J., & Ostrom, T. M. (1996). Shared realities: Social influence and stimulus memory. *Social Cognition*, 14, 113 – 140.
- Blagrove, M. (1996). Effects of length of sleep deprivation on interrogative suggestibility. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 2(1), 48–59.

- Blagrove, M., & Akehurst, L. (2000). Effects of sleep loss on confidence–accuracy relationships for reasoning and eyewitness memory. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 6, 59 – 73 .
- Boon, J., Goznab, L., & Halla, S. (2008). Detecting “faking bad” on the Gudjonsson Suggestibility Scales. *Personality and Individual Differences*, 44(1), 263-272. doi: 10.1016/j.paid.2007.08.005
- Burt, H. E. (1948). *Applied psychology*. New York: Prentice-Hall.
- Candel, I., Merckelbach, H., & Muris, P. (2000). Measuring interrogative suggestibility in children: Reliability and validity of the Bonn Test of statement suggestibility. *Psychology, Crime and Law*, 6, 61 – 70.
- Cardoso, G. (2011). *Estudo da sugestibilidade interrogativa em adolescentes delinquentes e não delinquentes*. (Tese de Mestrado Integrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Clare, I. C., & Gudjonsson, G. H. (1993). Interrogative suggestibility, confabulation, and acquiescence in people with mild learning disabilities (mental handicap): Implications for reliability during police interrogations. *British Journal of Clinical Psychology*, 32(3), 295-301.
- Clare, I. C., Gudjonsson, G. H., Rutter, S. C., & Cross, P. (1994). The interrater reliability of the Gudjonsson Suggestibility Scale (form 2). *British Journal of Clinical Psychology*, 33(3), 357-365.
- Corey, D., & Wood, J. (March, 2002). Information from co-witnesses can contaminate eyewitness reports. Paper presented at the American Psychology-Law Society, Austin, TX.
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2nd ed.). Hillsdale, NJ: Earlbaum.
- Costa, A., & Pinho, M. S. (2010). Sugestionabilidade interrogativa em crianças de 8 e 9 anos de idade. *Análise Psicológica*, XXVIII, 193-208.
- Costa, P. T., & McCrae, R. R. (1992). Revised NEO Personality Inventory (NEO-PI-R) and NEO Five-Factor Inventory (NEO-FFI) professional manual. Odessa, FL: Psychological Assessment Resources.
- Crowne, D. P., & Marlowe, D. (1960). A new scale of social desirability independent of psychopathology. *Journal of Consulting Psychology*, 24(4) 349-354. doi: 10.1037/h0047358
- Cunha, A. (2010). *A Sugestionabilidade interrogativa em crianças: O papel da idade*

- e das competências cognitivas*. (Tese de Doutorado não publicada). Escola de Psicologia da Universidade do Minho, Braga.
- Cunha, D. (2009). *Sugestionabilidade interrogativa e violência conjugal: Serão as vítimas de violência conjugal mais sugestionáveis?*. (Tese de Mestrado Integrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Danielsdottir, G., Sigurgeirsdottir, S., Einarsdottir, H. R., & Haraldsson, E. (1993). Interrogative suggestibility in children and its relationship with memory and vocabulary. *Personality and Individual Differences*, *14*, 499–502.
- Drake, K. E. (2010a). Interrogative suggestibility: Life adversity, neuroticism, and compliance. *Personality and Individual Differences*, *48*(4), 493-498. doi:10.1016/j.paid.2009.11.030
- Drake, K. E. (2010b). The psychology of interrogative suggestibility: A vulnerability during interview. *Personality and Individual Differences*, *49*, 683-688. doi: 10.1016/j.paid.2010.06.005
- Drake, K. E., Bull, R., & Boon, J. C .W. (2008). Interrogative suggestibility, self-esteem, and the influence of negative life-events. *Legal and Criminological Psychology*, *13*, 299-307. doi: 10.1348/135532507X209981
- Eysenck, H. J., & Eysenck, S. B. G. (1975). *Manual of the Eysenck Personality Questionnaire (Junior and Adult)*. Kent: Hodder & Stoughton.
- Eysenck, S. B. G., & Haraldsson, E. (1983) National differences in personality: Iceland and England. *Psychological Reports*, *53*, 999-1003.
- Faul, F., Erdfelder, E., Lang, A.-G., & Buchner, A. (2007). G*Power 3: A flexible statistical power analysis program for the social, behavioral, and biomedical sciences. *Behavior Research Methods*, *39*, 175-191.
- Faul, F., Erdfelder, E., Buchner, A., & Lang, A.-G. (2009). Statistical power analyses using G*Power 3.1: Tests for correlation and regression analyses. *Behavior Research Methods*, *41*, 1149-1160.
- Gabbert, F., & Hope, L. (2013). Suggestibility and memory conformity in suggestibility. In A. M. Ridley, F. Gabbert, & D. J. La Rooy (Eds.), *Legal contexts: Psychological research and forensic implications* (pp.63-80). Oxford: Wiley.
- Gabbert, F., Memon, A., & Allan, K. (2003). Memory conformity: Can eyewitnesses influence each other's memories for an event? *Applied Cognitive Psychology*, *17*, 533 – 543.

- Gabbert, F., Memon, A., Allan, K., & Wright, D.B. (2004). Say it to my face: Examining the effects of socially encountered misinformation. *Legal & Criminological Psychology, 9*, 215 – 227.
- Gorassini, D., Harris, J., Diamond, A., & Flynn-Dastoor, E. (2006). Computer assessment of interrogative suggestibility. *Personality and Individual Differences, 40*(3), pp.569-577.
- Gravetter, F. J., & Wallnau, L. B. (2000). *Statistics for the behavioral sciences* (5th ed.). Australia, CA: Wadsworth/Thomson Learning.
- Gudjonsson, G. H. (1983). Suggestibility, intelligence, memory recall and personality: An experimental study. *British Journal of Psychiatry, 142*, 35-37.
- Gudjonsson, G.H. (1988). Interrogative suggestibility: Its relationship with assertiveness, social-evaluative anxiety, state anxiety and method of coping. *British Journal of Clinical Psychology, 26*, 215 – 221.
- Gudjonsson, G. H. (1997). *The Gudjonsson Suggestibility Scales manual*. Hove: Psychology Press.
- Gudjonsson, G. H. (2003). *The psychology of interrogations and confessions: A handbook*. Chichester: Wiley.
- Gudjonsson, G. H. (2013) Interrogative suggestibility and compliance In A. M. Ridley, F. Gabbert, & D. J. La Rooy (Eds.), *Suggestibility in Legal contexts: Psychological research and forensic implications* (pp. 45-59). Oxford: Wiley.
- Gudjonsson, G. H., & Clare, I. C. H. (1995). The relationship between confabulation and intellectual ability, memory, interrogative suggestibility and acquiescence. *Personality and Individual Differences, 19*(3), 333-338. doi: 10.1016/0191-8869(95)00070-M
- Gudjonsson, G. H., Hannesdottir, K., Agustsson, T. P., Sigurdsson, J. F., Gudmundsdottir, A., Pordardottir, P., Tyrfinngsson, P., & Petursson, H. (2004). The relationship of alcohol withdrawal symptoms to suggestibility and compliance. *Psychology, Crime and Law, 10*, 169 – 177.
- Gudjonsson, G. H., Hannesdottir, K., Petursson, H., & Bjornsson, G. (2002). The effects of alcohol withdrawal on mental state, interrogative suggestibility, and compliance: An experimental study. *Journal of Forensic Psychology, 13*, 53 – 67.
- Gudjonsson, G. H., & Sigurdsson, J. F. (1996). The relationship of confabulation to

- the memory, intelligence, suggestibility and personality of prison inmates. *Applied Cognitive Psychology*, 10(1), 85-92.
- Gudjonsson, G. H., & Singh, K. K. (1984). The relationship between criminal conviction and interrogative suggestibility among delinquent boys. *Journal of Adolescence*, 7(1), 29-34.
- Hansen, I., Smeets, T., & Jelicic, M. (2010). Further data on interrogative suggestibility and compliance scores following instructed malingering. *Legal and Criminological Psychology*, 15, 221 – 228.
- Hoffman, H. G., Granhag, P. A., Kwong See, S. T., & Loftus, E. F. (2001). Social influences on reality-monitoring decisions. *Memory and Cognition*, 29, 394 – 404.
- Hollin, C. R., & Clifford, B. R. (1983). Eyewitness testimony: The effects of discussion on recall accuracy and agreement. *Journal of Applied Social Psychology*, 13, 234 – 244.
- Johnson, M.K., Hashtroudi, S., & Lindsay, D.S. (1993). Source monitoring. *Psychological Bulletin*, 114, 3 – 28.
- Kassin, S. M., & Gudjonsson, G. H. (2004). The psychology of confessions: A review of literature and issues. *Psychological Science in the Public Interest*, 5(2), 33-67.
- Liebman, J. I., McKinley-Pace, M. J., Leonard, A. M., Sheesley, L. A., Gallant, C. L., Renkey, M. E. (2002). Cognitive and psychosocial correlates of adults' eyewitness accuracy and suggestibility. *Personality and Individual Differences*, 33, 49–66.
- Marôco, J. (2011). *Análise estatística com o SPSS Statistics* (5ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- McFarlane, F., & Powell (2002). The Video Suggestibility Scale for Children: How generalizable is children's performance to other measures of suggestibility? *Behavioral Sciences and the Law*, 20, 699 – 716.
- Meade, M., & Roediger, H. (2002). Explorations in the social contagion of memory. *Memory & Cognition*, 30(7), 995-1009.
- Meade, M. L., Nokes, T. J., & Morrow, D. G. (2009): Expertise promotes facilitation on a collaborative memory task, *Memory*, 17(1), 39-48
- Merckelbach, H., Muris, P., Wessel, I., & van Koppen, P. J. (1998). The Gudjonsson Suggestibility Scale (GSS): Further data on its reliability, validity and metacognition correlates. *Social Behaviour and Personality*, 26(2), 203-210.

- Millon, T. (2004). *Millon Index of Personality Styles-Revised, manual*. Minneapolis, MN: Pearson Assessments.
- Muris, P., Meesters, C., & Merckelbach, H. (2004). Correlates of the Gudjonsson Suggestibility Scale in delinquent adolescents. *Psychological Reports, 94*, 264-266.
- Neves, D. S., Pinho, M. S., & Faria, M. (2011). Sugestionabilidade interrogativa: Implicações para a acessoria técnica a tribunais e para a intervenção com delinquentes. *Ousar e Integrar: Revista de Reinserção Social e Prova, 4*, 67-77.
- Nurmoja, M., & Bachmann, T. (2008). On the role of trait-related characteristics in interrogative suggestibility: An example from Estonia. *Trames, 12*, 4, 371–381.
- Paterson, H. M., & Kemp, R. I. (2006). Comparing methods of encountering post-event information: The power of co-witness suggestion. *Applied Cognitive Psychology, 20*, 1083 – 1099.
- Paterson, H. M., Kemp, R. I., & Forgas, J. P. (2009). Co-witnesses, confederates, and conformity: Effects of discussion and delay on eyewitness memory. *Psychiatry, Psychology and Law, 16*, 112 – 124.
- Penajoia, M. S. F. (2012). *Estudo da sugestionabilidade interrogativa em reclusos*. (Tese de Mestrado Integrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Pires, R. (2011). *Estilos de personalidade e vulnerabilidade à sugestão no contexto de uma relação interpessoal*. (Tese de doutoramento não publicada). Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Pires, R., Silva, D. R., & Ferreira, A. S. (2013a). Portuguese adaptation of the Gudjonsson Suggestibility Scales (GSS 1 and GSS 2): Empirical findings. *Personality and Individual Differences, 54*, 251-255.
- Pires, R., Silva, D. R., & Ferreira, A. S. (2013b). Personality styles and suggestibility: a differential approach. *Personality and Individual Differences, 55*, 381-386.
- Polczyk, R. (2005). Interrogative suggestibility: Cross-cultural stability of psychometric and correlational properties of the Gudjonsson suggestibility scales. *Personality and Individual Differences, 38*(1), 177-186.
- Polczyk, R., Wesolowska, B., Gabarczyk, A., Minakowska, I., Supska, M., & Bomba, E. (2004). Age differences in interrogative suggestibility: A

- comparison between young and older adults. *Applied Cognitive Psychology*, 18(8), 1097-1107.
- Powers, P. A., Andricks, J. L., & Loftus, E. F. (1979). Eyewitness account of females and males. *Journal of Applied Psychology*, 64, 339-347.
- Raven, J. C., Court, J. H., & Raven, J. (1996). *Secção 3 – Matrizes Progressivas Standard*. Lisboa: Infoteste.
- Ridley, A. M., & Clifford, B. R. (2006). Suggestibility and state anxiety: How the two concepts relate in a source identification paradigm. *Memory*, 14, 37 – 45.
- Ridley, A. M., Clifford, B. R., & Keogh, E. (2002). The effects of state anxiety on the suggestibility and accuracy of child eye-witnesses. *Applied Cognitive Psychology*, 16, 547 – 558.
- Ridley, A.M., & Gudjonsson, H. G. (2013). Suggestibility and individual differences: psychosocial and memory measures. In A. M. Ridley, F. Gabbert, & D. J. La Rooy (Eds.), *Suggestibility in legal contexts: Psychological research and forensic implications* (pp. 82-103). Oxford: Wiley.
- Richardson, G., & Kelly, T. P. (1995). The relationship between intelligence, memory and interrogative suggestibility in young offenders. *Psychology, Crime and Law*, 1, 283–290.
- Richardson, G., & Kelly, T. P. (2004). A study in the relationship between interrogative suggestibility, compliance and social desirability in institutionalized adolescents. *Personality and Individual Differences*, 36(2), 485-494.
- Richardson, G., & Smith, P. (1993). The inter-rater reliability of the Gudjonsson Suggestibility Scale. *Personality and Individual Differences*, 14(1), 251–253.
- Roediger, H. L., Meade, M. L., & Bergman, E. T. (2001) Social contagion of memory. *Psychonomic Bulletin & Review*, 8, 365-371. doi:10.3758/BF03196174
- Santtila, P., Ekholm, M., & Niemi, P. (1998). Factors moderating the effects of alcohol on interrogative suggestibility. *Psychology, Crime and Law*, 4(2), 139–152.
- Santtila, P., Ekholm, M., & Niemi, P. (1999). The effects of alcohol on interrogative suggestibility: The role of state-anxiety and mood states as mediating

- factors. *Legal and Criminological Psychology*, 4(1), 1–13.
- Scullin, M.H., & Ceci, S.J. (2001). A suggestibility scale for children. *Personality and Individual Differences*, 30, 843 – 856.
- Sharrock, R., & Gudjonsson, G. H. (1993). Intelligence, previous convictions and interrogative suggestibility: a path analysis of alleged false-confession case. *British Journal of Clinical Psychology*, 32(2), 169–175.
- Shaw, J. S., Garven, S., & Wood, J. M. (1997). Co-witness information can have immediate effects on eyewitness memory reports. *Law and Human Behaviour*, 21, 503 – 523.
- Silva, D. (2003). Inventário de Estado-Traço de Ansiedade. In M. Gonçalves, M. M., Simões, L. S., Almeida, & C. Machado, (Eds.), *Avaliação psicológica: Instrumentos validados para a população portuguesa* (vol. I, pp. 45-63). Coimbra: Quarteto.
- Silva, F. S. F. (2011). *Estudo da sugestionabilidade interrogativa numa amostra de jovens estudantes portuguesas*. (Tese de Mestrado Integrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Smith, P., & Gudjonsson, G. H. (1995). Confabulation among forensic inpatients and its relationship with memory, suggestibility, compliance, anxiety, and self-esteem. *Personality and Individual Differences*, 19(4), 517-523.
- Søndena, E., Rasmussen, K., Palmstierna, T., & Nøttestad, J. (2010). The usefulness of assessing suggestibility and compliance in prisoners with unidentified intellectual disabilities. *Scandinavian Journal of Psychology*, 51(5), 434-438.
- Spielberger, C. D., Gorsuch, R. L., Lushene, R., Vagg, P. R., & Jacobs, G. A. (1983). *Manual for the State-Trait Anxiety Inventory. STAI (Form Y). Self-Evaluation Questionnaire*. Palo Alto: Consulting Psychologists Press, Inc.
- Tata, P. (1983). *Some effects of stress and feedback on interrogative suggestibility: an experimental study*. (Tese de mestrado não publicada), Universidade de Londres, Londres.
- Thorley, C. (2013). Memory conformity and suggestibility. *Psychology, Crime & Law*, 19(7), 565-575.
- Wolfradt, U., & Meyer, T. (1998). Interrogative suggestibility, anxiety and dissociation among anxious patients and normal controls. *Personality and Individual Differences*, 25, 425–432.

- Woolston, R., Bain, S. A., & Baxter, J. S. (2006). Patterns of malingering and compliance in measures of interrogative suggestibility. *Personality and Individual Differences, 40*(3), 453-461. doi: 10.1016/j.paid.2005.10.010
- Wright, D.B., Self, G., & Justice, C. (2000). Memory conformity: Exploring misinformation effects when presented by another person. *British Journal of Psychology, 91*, 189 – 202.
- Zimbardo, P. G. (1967). The psychology of police confessions. *Psychology Today, 1*, 17–27.

